

### Editorial

## EM DEFESA DA REVOLUÇÃO

A deteriorização da situação político-militar está a atingir um limite além do qual se vislumbra apenas um terreno vago pelo qual avança a contra-revolução. É tempo de tomar consciência desta realidade. As forças revolucionárias (populares e militares) são suficientemente poderosas para sustentar o passo à reacção. Mas, para isso, tem decididamente de pôr-se termo a divisões e conflitos que ameaçam degenerar em violentos confrontos entre sectores que podem e devem cooperar de forma directa ou indirecta na luta contra o inimigo principal e comum: a contra-revolução. É necessário afastar com decisão o perigo de perder-se a Revolução Portuguesa, o perigo da restauração de uma ditadura fascista.

### PERIGO DE CONTRA-REVOLUÇÃO

Na sua ânsia hegemónica, o PS e outros partidos e sectores que se têm afirmado com a democracia e o socialismo, voltaram-se contra as forças revolucionárias. Negaram a existência do perigo da reacção. Apontaram um suposto «perigo comunista». Na luta contra a esquerda procuraram alianças cada vez mais à direita.

Esses partidos e sectores têm a gravíssima responsabilidade histórica de terem rompido a coligação de forças democráticas existentes desde o 25 de Abril, de terem instigado e provocado divisões no MFA e no movimento democrático, de terem contribuído de forma decisiva para a criação de uma crise de poder político.

Com o seu anticomunismo e a sua aliança com a direita reacçãoária, esses partidos e sectores prepararam no plano político e instigaram no plano prático a vaga de violência, atentados, pilhagens, incêndios e agressões. Brandindo demagogicamente a bandeira da defesa da liberdade contra o suposto

(Continuação na 2.ª página)



A manifestação antes de se dirigir para o Quartel-General

## GRANDE JORNADA NO PORTO PELO AVANÇO DA REVOLUÇÃO

Numa poderosa manifestação de unidade, os

trabalhadores saíram à rua, no Porto, para exigir o regresso do brigadeiro Corvacho às suas funções de comandante da Região Militar do Norte e repudiar as calúnias e as manobras divisionistas da contra-revolução.

Publicamos na 5.ª página o relato dessa vibrante acção de massas

## SALVAR AS VIDAS DE OTAEGUI E GARMENDIA

José António Garmendia e Angel Otaegui, militantes bascos, foram condenados à morte pelo Conselho de Guerra de Burgos, sob a acusação de assassinato de um guarda civil. A condenação à morte de Garmendia e Otaegui provocou em todo o Mundo, e em particular em Espanha, o protesto veemente dos povos e das forças progressistas e revolucionárias, incluindo o nosso Partido, contra mais um crime planeado pelo Governo franquista. No decurso do próprio julgamento, verificaram-se greves, em larga escala, no País Basco. Greves que constituíram um corajoso desafio ao novo decreto «antiterrorista», emitido por Franco, ao abrigo do qual mesmo a manifestação de simpatia pelos antifascistas é punida com pesadas multas. Na sequência da leitura do veredicto, cerca de 130 000 trabalhadores estiveram em greve. Em vários pontos do país ergueram-se manifestações de protesto. Em nome da «ordem», a Polícia assassinou, em San Sebastian, um jovem manifestante.

«Indignados, exigimos comutação pena de morte e li-

(Continuação na 8.ª página)

(Continuação na 8.ª página)

## ENCONTRO PROPOSTO PELO PCP

«A hora não é para a polémica, as digressões ideológicas e as acusações recíprocas. A hora é para a busca de uma solução comum e a contribuição construtiva de cada qual para alcançar este objectivo.»

Perante o perigo real de um avanço reacçãoário e da reinstauração de uma ditadura terrorista em Portugal, numa situação em que é indispensável maleabilidade e iniciativa na busca de soluções políticas, o Partido Comunista Português propôs um encontro entre forças, sectores e dirigentes políticos capazes de assumir, sem qualquer ambiguidade, as suas responsabilidades.

O objectivo de evitar confrontos violentos e de defender as liberdades e a democracia impõe negociações entre adversários, na tentativa de afastar a pe-

rigosa conclusão da inevitabilidade de uma solução de força.

A urgência em pôr termo ao clima de conspiração e de golpe militar, ao ambiente de intranquilidade e de insegurança que afecta toda a vida nacional será compreendido por todos os portugueses e portuguesas para quem o que está em jogo é a vitória ou a derrota da revolução portuguesa.

A conferência de Imprensa em que foi apresentada esta proposta do nosso Partido é publicada na 3.ª página.



O camarada Carlos Fraião, da DORIA, quando usava da palavra durante a Conferência de Imprensa

## O 24 DE ABRIL ESTÁ A VOLTAR AO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

A escalada reacçãoária que tem vindo a ser desencadeada nos arquipélagos dos Açores e da Madeira aumenta progressivamente de gravidade. Os que, ontem, conspiravam na sombra, atentam, hoje, à luz do dia, contra os mais elementares direitos humanos. Em nome da independência, da liberdade e da democracia abrem-se as portas ao imperialismo, liquidam-se as liberdades, criam-se condições para o regresso ao fascismo.

E tudo isto com a complacência e a conivência das autoridades e de certas forças ditas progressistas.

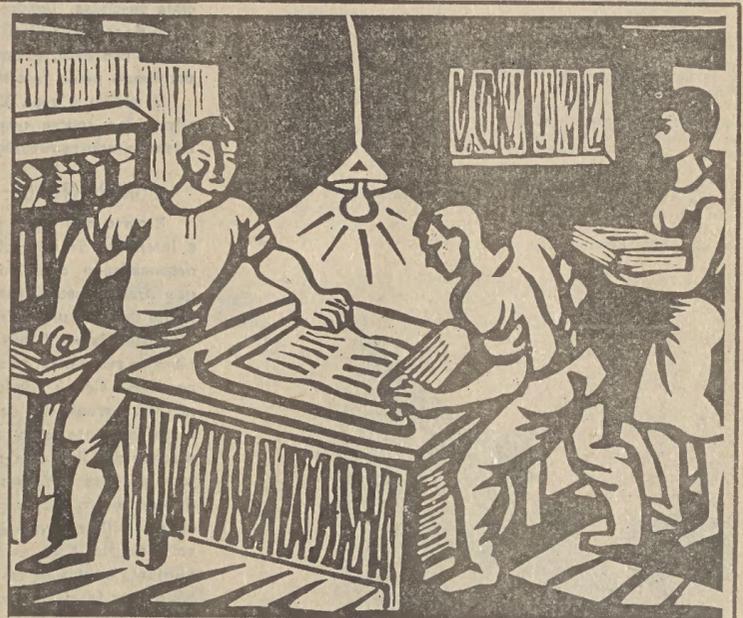
O que tem vindo a acontecer nos Açores e na Madeira não pode ser separado, de forma alguma, do que se está a passar no Continente. Lá, como cá, a Revolução está em perigo. Lá, como cá, a luta pelo Poder torna-se cada vez mais encarniçada.

Os últimos e graves acontecimentos em curso nas Ilhas Adjacentes foram tema de uma conferência de Imprensa realizada no passado dia 29, em que participaram os camaradas Fernando Blán-

qui Teixeira, da C Política do CC do PCP, Carlos Fraião,

(Continuação na 8.ª página)

(Continuação na 8.ª página)



## PRÉMIO SOVIÉTICO PARA AS EDIÇÕES «AVANTE!»

Com início no dia 22 do mês passado e até ao dia 22 do corrente, decorre em Moscovo a Exposição Internacional do Livro, este ano subordinada ao tema geral «Os livros ao serviço da paz e do progresso».

A esta iniciativa, organizada pelo Instituto do Livro da União Soviética, estão presentes representações de 45 países de todo o Mundo, incluindo todos os países socialistas. Portugal está representado pelas Edições «Avante!» e outras editoras progressistas.

Inclui-se no certame a atribuição de diversos prémios, tendo este ano cabido às Edições «Avante!» (clandestinas) um dos mais significativos, e que foi entregue pela União dos Jornalistas Soviéticos: o dos Livros Feitos nas Condições mais Difíceis.

Esta distinção, que muito honra os comunistas portugueses, foi baseada no heróico trabalho de todos os camaradas do nosso Partido que, durante os anos da ditadura fascista e nas difíceis condições da vida clandestina, não pouparam sacrifícios, incluindo, em alguns casos, o da própria vida, no sentido de fazer chegar a voz do PCP e do marxismo-leninismo a todos os trabalhadores portugueses.

No decorrer da cerimónia da entrega dos prémios, a maior ovação foi a dedicada por todos os presentes à delegação do «Avante!», o que bem demonstra, juntamente com a atribuição do prémio, o apreço tido pela acção dos comunistas portugueses e em que medida o internacionalismo proletário e a solidariedade dos povos progressistas não esquecem, nestas horas difíceis, o Partido Comunista Português e a Revolução Portuguesa.

# A REACÇÃO NÃO PASSARÁ

(CONT. DA 1.ª PÁG.)

perigo de uma «ditadura comunista», esses sectores abriram as portas à contra-revolução e à liquidação efectiva das liberdades que já se verifica nos Açores e em várias localidades e regiões.

Há forças e elementos que, na sua ambição pessoal ou de grupo, pensam poder servir-se da aliança com a direita reacçãoária para bater e sufocar as forças revolucionárias. Com tal projecto há conspiradores e planificam-se golpes. As ilusões de hegemonia e chefia seriam porém ilusórias. A vaga contra-revolucionária, a extrema direita fascista, acabaria por submergir aqueles mesmos que se aliaram a ela para baterem a esquerda.

O perigo da contra-revolução existe num duplo possível processo de desencadeamento. Ou um golpe de tipo chileno levado a cabo directamente por oficiais fascistas, ligados ou não a Spínola; ou um golpe de sectores direitistas de forças que têm estado com o processo, e seria ulteriormente absorvido e dominado pelos fascistas.

O perigo é real. É importante fazer-lhe frente, advertidos contra qualquer destes possíveis caminhos da contra-revolução.

## CONFRONTO OU SOLUÇÃO NEGOCIADA?

É certo que existe grande distância entre planos e intenções de um golpe e a capacidade real para desencadeá-lo com êxito. Quaisquer conspiradores que pretendessem tentar lançar unidades militares numa tal aventura defrontariam de certeza a recusa, a resistência e a firme resposta das próprias tropas, além da resistência nas forças militares e das massas populares fiéis à revolução. Embora comecem a manifestar arrogância, os fascistas só por si não têm força bastante para se lançarem numa aventura armada que lhes custaria pesado preço. Os fascistas jogam, sobretudo, nas divisões e na eventualidade de confrontos violentos entre sectores e elementos civis e militares que têm estado com o processo revolucionário. É na esteira de iniciativas políticas e militares contra os revolucionários mais consequentes que os fascistas procuram navegar e avançar.

O prolongamento, semana atrás semana, da situação de confronto latente entre forças que têm estado com o processo, a par do agravamento da situação económica e social e do processo de descolonização, anima poderosamente a reacção fascista e fascizante, que aproveita a carência de poder e de autoridade, o cansaço, desânimo e falta de perspectiva que atinge diversos sectores, para multiplicar os contactos, reforçar a organização, ganhar posições, ocupar terreno, desenvolver a conspiração e preparar o salto.

Analisando a situação, o PCP chegou à conclusão de que o prolongamento da crise interna do processo, o prolongamento da indecisão da situação político-militar, da cristalização de posições de partidos, sectores e personalidades, está a ser amplamente aproveitado pela contra-revolução.

Se as forças revolucionárias mais consequentes (militares e populares) não estão em condições de por si só passar rapidamente ao ataque contra a reacção, de pôr firmemente termo à violência fas-

cista, de garantir em todo o território o exercício das liberdades democráticas, de desarticular a conspiração reacçãoária, de estancar os saneamentos à esquerda, de entrar o avanço das forças contra-revolucionárias — então é urgente impedir a deterioração progressiva da situação com o agravamento dos conflitos existentes entre as forças e sectores que têm estado com o processo.

Para isso é indispensável pôr de parte ideias feitas, reservas, desconfianças, animosidades, por muito legítimas e fundamentadas que sejam, e encetar com coragem política e sentido das responsabilidades o caminho da negociação. Negociação compreendida não com espírito polémico mas com a vontade de dar uma contribuição construtiva para a solução da crise mais complexa e ameaçadora que até hoje atravessou a Revolução Portuguesa.

A proposta feita pelo PCP, no dia 28 de Agosto, de um encontro em que participariam representantes oficiais das instâncias do poder militar e civil, das principais tendências existentes no MFA, de partidos e organizações revolucionárias e ainda do PS, visava apontar qual é no entender do PCP o caminho e o quadro da negociação com vista a encontrar uma saída para a crise e uma base comum de luta política e militar eficiente contra a reacção.

## MFA E GOVERNO—PROBLEMAS INSEPARÁVEIS

Numa situação em que as forças contra-revolucionárias se reorganizam rapidamente e passam à ofensiva, a crise política que se centra na crise dos órgãos superiores do Poder (Governo, MFA, Forças Armadas) exige pronta solução.

Não se pode fazer frente com êxito à contra-revolução, não pode haver uma solução correcta da crise, sem um Governo com largo apoio popular e militar e sem uma situação estabilizada nas Forças Armadas, sob a direcção do MFA.

O MFA foi, com o movimento popular, a força motora da Revolução desde o 25 de Abril. Foi o seu braço armado. Foi um anteparo militar e uma das essenciais garantias da defesa das liberdades.

O MFA é ainda hoje uma força de capital importância no processo revolucionário. Conta com numerosos oficiais, sargentos e soldados revolucionários. As forças reacçãoárias enganam-se pensando que as dificuldades existentes nos organismos superiores significam o fácil desaparecimento do MFA. O povo e a revolução necessitam do MFA e o MFA tem vitalidade e profundidade bastantes para não desaparecer.

A correcta solução da crise político-militar significará necessariamente também a superação da crise existente no MFA e a continuidade do MFA como movimento progressista e vanguarda revolucionária das Forças Armadas.

A solução da crise exigirá também a consideração atenta do problema do Governo. É impossível, neste momento, deixar de prestar justiça à actividade corajosa e eficiente do V Governo Provisório e à extraordinária figura de revolucionário do seu Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves. A destacada personalidade do almirante Pinheiro de Azevedo, indignado

para novo Primeiro-Ministro, é também uma garantia para o processo revolucionário. A reestruturação ou formação de um novo Governo é porém extraordinariamente complexa, para corresponder a todas as exigências da situação actual, para poder contar com um amplo apoio popular e decidido apoio militar, para poder conduzir a luta contra a reacção, para poder salvaguardar as liberdades e as outras grandes conquistas da Revolução, como as nacionalizações e a reforma agrária, para poder continuar a construção do novo Portugal democrático a caminho do socialismo.

Nas condições actuais, a solução do problema do Governo, tal como a solução geral da crise, exigirá também negociação e compromissos. Fracos os revolucionários que não compreendem a necessidade de uma e outros em certas curvas apertadas da estrada revolucionária. Negociação e compromissos que sirvam a própria Revolução contribuindo para assegurar a sua vitória final.

O PCP está pronto a contribuir, com os seus melhores esforços, para que seja encontrada a melhor solução para tão complexo problema.

## UNIDADE E ACÇÃO DAS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS

Na situação presente, a superação da crise exige por um lado grande flexibilidade política. Exige por outro lado das forças revolucionárias (populares e militares) firmeza, acção e unidade na defesa das conquistas e objectivos essenciais da Revolução.

A classe operária e as massas populares em geral têm representado um decisivo papel em todo o processo revolucionário. Continuam a representá-lo no momento presente.

A sorte da Revolução não se decide só em altas esferas. Decide-se na luta nas fábricas, nas empresas, nos campos e em todos os locais de trabalho e de estudo. Decide-se na actividade dos sindicatos, das ligas camponesas e outras organizações de massas. Decide-se nas organizações unitárias de base, na acção das Comissões de Trabalhadores, das Comissões de Moradores, das Assembleias Populares locais e regionais. Decide-se nas acções de massas nas várias frentes da luta política, social, económica e cultural. Decide-se nas assembleias, manifestações e outras poderosas demonstrações da vontade popular. Decide-se na dedicada e corajosa vigilância contra a conspiração e as ameaças de golpe. Decide-se na determinação do Povo Português em se opôr com todas as suas forças e energias à ameaça da contra-revolução.

O entendimento e a cooperação de partidos e outras organizações assim como a sua aliança com o MFA é essencial para reforçar a grande torrente revolucionária que fará frente à reacção e assegurará o triunfo final da Revolução Portuguesa.

O momento é particularmente complexo e perigoso. A crise político-militar é profunda. Existem porém forças bastantes para superar a crise, estabelecer a situação, defender as liberdades, consolidar o processo revolucionário e continuar pelo caminho exaltante que conduzirá Portugal ao socialismo.

Em defesa  
da revolução

# UMA PROPOSTA DO PCP PARA SOLUÇÃO DA CRISE POLÍTICA ACTUAL

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, apresentou, durante uma conferência de imprensa realizada na passada sexta-feira no Centro de Trabalho de Alcântara, uma importante Declaração da Comissão Política do Comité Central com vista à solução da presente crise:

1. A crise político-militar arrasta-se perigosamente. As questões centrais do poder político (MFA, Governo, Forças Armadas) continuam por resolver. Agravam-se as contradições e oposições entre centros de decisão.

A reacção fascista aproveita as dificuldades internas do processo revolucionário e as alianças que nela buscam certos sectores para desencadear uma ofensiva de violências e actos de diversão e terrorismo que impedem já nos Açores e em numerosas localidades do continente o exercício das liberdades essenciais.

Existe o perigo real de um avanço reacção e da formação de um governo de direita que, no imediato ou a médio prazo, ponha em causa as liberdades e as outras conquistas fundamentais da revolução, como as nacionalizações e a reforma agrária.

2. Entre as forças e sectores que têm estado com o processo revolucionário cavaram-se divergências e conflitos que se cristalizaram na ideia do «irredutível» e «inconciliável» e que tendem a conduzir à perigosa conclusão da impossibilidade de uma solução política e da inevitabilidade de uma solução de força. É necessário que o povo português tenha a ideia que o País arisca encontrar-se subitamente face a violentos confrontos militares, que, a verificarem-se, poderão conduzir à guerra civil.

Urge pôr fim ao clima de conspiração e de golpe militar, ao ambiente de intranquilidade e de insegurança que afecta toda a vida nacional.

Para os problemas políticos existentes é necessário encontrar não uma solução de força mas uma solução política.

São indispensáveis reestruturações e recomposições que permitam sair do «impasse», diminuir as tensões

e conflitos, estabilizar a situação, passar à ofensiva contra a reacção fascista e prosseguir o processo revolucionário.

3. As forças revolucionárias (militares e civis), a classe operária e as massas populares estão dando firme resposta às violências, actividades, manobras, conspirações e preparativos de golpes das forças reacção e conservadoras.

A resistência heróica dos militantes às violências terroristas dos bandos contra-revolucionários, as grandiosas manifestações populares, as maciças paralisações, a determinação dos militares revolucionários, os progressos do espírito unitário, a firmeza na defesa dos objectivos essenciais da revolução têm entravado a ofensiva reacção e as conspirações para o golpe e têm impedido que se concretizem objectivos políticos imediatos das forças da direita.

A resistência, a luta consequente e a firmeza não bastam porém. Na situação actual, é indispensável maleabilidade, iniciativa e sobreposição dos interesses superiores da revolução aos critérios de grupo, na busca de soluções políticas para o problema.

4. Nenhuma força ou sector político por si só (nem mesmo o MFA) está neste momento em condições de definir e determinar com êxito as necessárias soluções.

O PCP, consciente da gravidade da situação, lança um veemente apelo a todos quantos querem impedir a instauração de uma nova ditadura terrorista em Portugal. A irredutibilidade e o extremar de posições entre forças e elementos que têm estado com o processo revolucionário aproveitada à reacção fascista. A salvação da revolução exige que tudo seja feito para evitar confrontos armados entre sectores que têm esta-

do com o processo revolucionário. Só existe um caminho para evitar o pior: um esforço imediato no sentido de encontrar em comum uma solução política para a crise.

5. Um dos aspectos fundamentais da crise é a situação existente no MFA e nas Forças Armadas. Esse problema só pelo próprio MFA pode ser resolvido. Mas ele está tão intimamente relacionado com a situação política geral que não pode ter uma solução independente da solução dos outros problemas centrais da crise actual.

Por isso, sem esperar pela solução da crise existente no MFA e nas Forças Armadas, é indispensável que todas as forças e sectores interessados em impedir a instauração de uma nova ditadura, em defender as liberdades e assegurar o seu exercício, em garantir o prosseguimento da revolução portuguesa façam um decidido esforço para encontrar em comum uma saída para a crise.

A hora não é para a polémica, as digressões ideológicas e as acusações recíprocas. A hora é para a busca de uma solução comum e a contribuição construtiva de cada qual para alcançar este objectivo.

6. O PCP propõe que seja considerada por todos os interessados a imediata realização de um encontro entre as delegações das principais forças e sectores que podem e devem procurar em comum uma solução para a crise, designadamente:

a) Representantes oficiais das instâncias do poder militar e civil (Presidência da República, Governo Provisório e Conselho da Revolução);

b) Representantes das principais tendências existentes no MFA — esquerda militar, oficiais do COPCON e grupo dos 9;

c) Representantes de partidos políticos: Partido Comunista Português, outros partidos e organizações participantes no projecto da criação de uma ampla frente revolucionária, Partido Socialista.

Um tal encontro, para o qual todos os participantes fossem animados, não pela ideia de supremacia ou hegemonia, mas pelo propósito de se encontrarem soluções viáveis adaptadas à situação, poderia significar um passo decisivo para superar a crise.

7. O prolongamento da crise só à contra-revolução pode aproveitar. Chegou o momento de todas as forças, sectores e dirigentes políticos tomarem sem qualquer ambiguidade as suas responsabilidades. O que está em jogo não é tanto o sucesso ou insucesso deste ou daquele grupo, sector ou personalidade, mas a vitória ou a derrota da revolução portuguesa.

Ninguém se pode legitimamente escusar a um último esforço na busca de uma solução comum e global.

O PCP está certo de que esta proposta será compreendida e aceite por todas as forças verdadeiramente revolucionárias, por todos os portugueses e portugueses interessados em evitar violentos confrontos fratricidas, em impedir o regresso ao passado fascista, em salvaguardar as liberdades e a democracia, em assegurar o curso vitorioso da gloriosa revolução portuguesa, a caminho do socialismo.

## Depois de lido o documento da Comissão Política, o camarada Álvaro Cunhal respondeu às perguntas dos jornalistas nos seguintes termos:

● «Le Monde» lembra que na minha última conferência de imprensa afirmei que, de momento, o V Governo Provisório estava bem e pergunta se se mantém esta apreciação.

Como foi afirmado, a crise da Revolução Portuguesa é uma crise muito profunda. O aspecto essencial e central desta crise é, neste momento, a crise do poder político, nas suas estruturas consideradas no conjunto, designadamente MFA e Governo. A solução da crise necessita de ser global. Isto quer dizer que têm de se considerar todos os aspectos do poder político, incluindo o MFA e Governo. Mas a nossa ver a solução deve ser global e pensamos que a precipitação na solução de um aspecto, sem ter em conta o conjunto dos problemas, poderia não simplificar e não resolver a crise, mas, ao contrário, contribuir para a agravar. Nós continuamos a pensar, como na altura da última conferência de imprensa, que, de momento, o V Governo Provisório está bem.

● «Le Monde» e France-Press perguntam porque não consideramos o PPD no número dos partidos que propomos para um tal encontro.

Para explicar este facto poderia convidar-vos a ir a algumas localidades e regiões do País nos momentos que antecederem os assaltos e as violências fascistas contra instalações de partidos, sindicatos e mesmo contra as casas e instalações pessoais de democratas. Poderéis ver os dirigentes locais do PPD preparar toda esta acção de violência no plano político. Se o PS, pela sua campanha anti-comunista, tem também soprado as chamas dos incêndios contra as instalações dos partidos democráticos, o PPD participa imediatamente e directamente na preparação psicológica destas acções de violência. Sai-se de uma manifestação do PPD para os assaltos e incêndios. Há uma conexão muito estreita entre os comandos reacção e que levam a cabo estas acções de violência e acção política do PPD. Recentemente estava preparada uma manifestação do PPD nas Caldas da Rainha. Começaram a circular ameaças de assalto ao Centro de Trabalho do PCP, segundo a forma habitual do desenvolvimento destas ameaças. Do Comité Central do PCP foi feita uma ligação telefónica com a direcção do PPD, chamando a atenção para a situação nas Caldas da Rainha e dizendo que tornávamos responsável o PPD por qualquer assalto ou violência contra a instalação do PC. A direcção do PPD foi muito gentil em relação a este telefonema e disseram que iam tomar medidas. E parece que tomaram medidas, porque a manifestação do PPD teve lugar, mas do assalto nem mais ameaças. Este caso mostra bem que o PPD tinha o controlo dos grupos provocadores e contra-revolucionários. Nós pensamos que esta intervenção do PPD é uma intervenção de muito interesse, mas teria muito mais valor se essa intervenção tivesse lugar em relação a aquelas dezenas e dezenas de localidades onde depois das manifestações do PPD tiveram lugar violências fascistas de comandos organizados do ELP e de outras organizações clandestinas reacção e.

● «L'Express», de Paris, pergunta se foi tomado contacto com o PS.

Podemos distinguir o PS no seu conjunto e a direcção do PS. Temos muitos contactos com o PS. Há muitas localidades onde organizações do PC têm contactos com as organizações respectivas do PS. Há mesmo casos em que há uma cooperação estreita. Há casos onde houve reuniões prolongadas de organizações locais comunistas e socialistas para estudarem as formas de acção comum. Como é conhecido, de há muito o PC deu directrizes unilaterais a todas as suas organizações para tomarem, ao nível das atribuições respectivas, contactos com as organizações socialistas, proporem acções comuns, cooperação, estudo em comum dos problemas em que todos pudessem entender-se para agir dentro de um plano de acção concertada.

Nós tomamos esta posição unilateralmente, independentemente da posição da direcção do PS, mas a direcção do PS tomou uma posição completamente contrária, proibindo de certa forma os seus militantes de estabelecer relações com os comunistas na esfera da actividade respectiva. Respondendo directamente à pergunta: não estabelecemos directamente contactos com a Direcção do PS nos últimos tempos.

● João Coelho, da Emissora Nacional, abordando o problema da acção comum das forças democráticas, das forças revolucionárias, pergunta como encaramos o futuro da FUP depois da manifestação de ontem.

Nos últimos tempos Otelo Saraiva de Carvalho tem falado pouco. Pensamos que até teria sido útil nesta época, ter falado mais, para expor a sua opinião. É um chefe militar prestigiado, cuja opinião pesa nos meios militares e, numa situação tão complexa como a actual, as coisas são facilitadas quando os homens exprimem publicamente as suas opiniões com clareza. Se assim sucedesse sempre, muitas coisas seriam simplificados e muitas dificuldades seriam evitadas.

Em primeiro lugar há que dizer que ainda não está constituída uma Frente Unitária Revolucionária. Os partidos que se reuniram nesse encontro estiveram de acordo com o projecto da criação de uma tal frente. Declararam a necessidade da criação de uma tal frente e deram-se os primeiros passos na cooperação regular entre si. Consideramos um passo muito positivo e mesmo o secretário-geral provisório que está em funcionamento permite desde já em relação a algumas iniciativas a cooperação entre estes partidos e organizações. Assim, por exemplo, para a preparação da manifestação de ontem, já esse encontro e esse secretariado tiveram um papel importante. Mas isto não quer dizer que já esteja constituída uma frente como tal, com uma plataforma absolutamente definida, com um programa de acção definido, com formas de acção conjuntamente acordadas. Além disso, não aparece no decurso da própria manifestação. Foi uma muito grande manifestação unitária, alguns objectivos comuns foram claramente definidos, mas, tanto nas consignas que eram gritadas como nas reacções aos próprios discursos pronunciados, manifestou-se que ainda há diferenças acentuadas entre as forças participantes.

Como se sabe, havia sido distribuído um papel que indicava as consignas que tinham sido conjuntamente acordadas. Mas há dois papéis com duas redacções diferentes, num ponto. Como é sabido, a Imprensa internacional em alguns aspectos deu grande volume a uma consigna aparecida num primeiro papel, a consigna da «disso- lução imediata da Assembleia Constituinte». Também na própria manifestação alguns manifestantes gritaram essa palavra de ordem. Não é uma palavra de ordem do PCP. Não exigimos a dissolução imediata da Assembleia Constituinte.

Acho que foi útil fazer aqui este esclarecimento, uma vez que alguns órgãos de Imprensa atribuíram ao Partido Comunista essa consigna.

Pensamos que é muito útil a acção comum entre estas organizações e partidos, que é necessária e mesmo indispensável para lutar contra a ameaça da direita. Mas havendo mais manifestações comuns, problemas idênticos se porão certamente de diferenças de palavras de ordem e mesmo de orientação geral. E sem dúvida que serão atribuídas ao PC palavras de ordem que não são suas, e da mesma forma se atribuirá ao PC reacções que não são dos seus participantes nas manifestações. É esta afirmação responde de certa forma ao «Paris Match», que pergunta: «O que pensa da atitude dos manifestantes ontem, em relação ao Presidente da República?»

● Ana Paula Araújo, da Emissora Nacional, é um pouco mais incisiva em relação a esta questão e pergunta como interpretamos nós o discurso do Presidente na manifestação de ontem.

Como sabemos, em Portugal, hoje, há uma grande variedade de opiniões e posições. Isto em si está muito bem, é positivo. Nós não queremos a uniformidade de opinião no nosso país. Queremos que os portugueses possam pensar, que pensem, que possam formar com independência as suas próprias opiniões e defendê-las. Mas o que caracteriza a crise actual não é tanto a diferença de opiniões como a contradição conflituosa entre elas. Daí a reacção muito viva à opinião contrária. Em questões essenciais é bom que haja essa reacção, em secundárias, é mau que haja essa reacção.

Quem conhece um pouco o quadro político português sabe que não havia ontem, nem podia haver uma grande coincidência entre as opiniões do Presidente da República e as opiniões da grande massa dos manifestantes, sobretudo em relação a alguns pontos. É natural, sobretudo na crise que vivemos, mas uma coisa é discutir os problemas a uma mesa, outra coisa é discutir problemas numa manifestação com 100 mil manifestantes.

● São feitas várias perguntas sobre as tendências e as opiniões que se manifestam nos vários sectores políticos portugueses. Por vezes perguntas cuja resposta é complicada e outras em que não há informação bastante. João Coelho, da EN, pergunta como se situa o general Otelo Saraiva de Carvalho no decorrer da presente crise.

Nos últimos tempos Otelo Saraiva de Carvalho tem falado pouco. Pensamos que até teria sido útil nesta época, ter falado mais, para expor a sua opinião. É um chefe militar prestigiado, cuja opinião pesa nos meios militares e, numa situação tão complexa como a actual, as coisas são facilitadas quando os homens exprimem publicamente as suas opiniões com clareza. Se assim sucedesse sempre, muitas coisas seriam simplificados e muitas dificuldades seriam evitadas.

Voltando ainda à questão de uma frente revolucionária, pergunta-se se a nossa proposta em relação a este encontro se destina a alargar essa frente de forma a incluir o PS ou para voltar a uma solução de governo de coligação entre os principais partidos. É a pergunta que faz o «Financial Times». A nossa proposta não tem em vista nem tal ou tal solução de governo nem tal ou tal solução de frente. Nós pensamos que é fundamental que os homens conversem sem ideias feitas. Naturalmente com propostas, mas propostas também ajustadas às opiniões dos outros. Se nós propomos um encontro entre forças, então sectores que têm opiniões tão diferentes neste momento, tão divergentes que se admite que possa haver confrontações violentas entre elas, é bem de ver que não se pode ir com ideias feitas para um tal encontro.

Pensamos que é necessário examinar em comum todos os problemas fundamentais da crise. Isto significa que entre esses problemas há o problema não apenas das F.A., do Governo, mas todos os problemas do poder político.

● A Associated Presse, referindo a busca de uma solução para a crise, pergunta se o PCP admite um Governo sem o general Vasco Gonçalves.

Nós estamos dispostos a considerar todas as soluções que possam ser úteis à defesa das liberdades e ao prosseguimento e garantia do processo revolucionário. Todas as soluções podem ser consideradas. Não vemos porque não possa também ser considerada uma solução em que não fosse Primeiro-Ministro o general Vasco Gonçalves.

e o Presidente da República. Pergunta até se será possível conhecer o conteúdo do encontro.

Naturalmente que o conteúdo do encontro foram todas estas questões que acabamos aqui de abordar.

Acerca da iniciativa deste encontro ontem, foi por iniciativa do Presidente da República. Mas noutros casos a iniciativa tem partido de mim. É necessário não atribuir nenhum significado especial ao ponto de partida de uma tal iniciativa.

● Finalmente, o «L'Express», de Paris, pergunta se há razões precisas para crer na iminência de um confronto armado.

Sim. Há perigos reais. Há muita conspiração no nosso país. Demasiadas conspirações e demasiados conspiradores. Fazem-se reuniões por vezes relativamente largas, em que se expõem projectos de acção militar. Há conspiradores que não guardam muito os seus segredos e falam mesmo de quem é que pensam prender e pensar matar. Por vezes falam em unidades militares, por vezes nos cafés e até por vezes em tabernas, quando já não controlam bem as palavras que dizem. Há muita conspiração, os conflitos agudizam-se muito e há sectores que pensam que em vez de uma solução política se pode encontrar uma solução de força. É a posição da direita reacção e infelizmente não só! É necessário evitar um golpe de direita. É necessário evitar um confronto violento que possa aproveitar à reacção fascista, à contra-revolução. Pode haver alguns que pensem que num primeiro passo teríamos até um gover-



Temos um grande apreço por este dirigente do MFA acerca da sua acção na direcção dos governos provisórios até hoje, mas não temos opiniões cristalizadas e pensamos que o general Vasco Gonçalves também não as tem. Os revolucionários não defendem lugares. Os revolucionários estão sempre prontos a dar a sua cooperação para as soluções mais convenientes à continuação da Revolução Portuguesa.

Todos os que estão interessados na continuação do processo revolucionário português estão a procurar essas soluções. Há muitos contactos, muitas discussões, muitas consultas mútuas. Uma vez são uns que pedem os encontros, outras vezes são outros.

● João Coelho, da Emissora Nacional, pretende esclarecimentos mais precisos e pergunta quem é que motivou o encontro ontem realizado entre mim

no de direita, mas que não fosse fascista, não fosse contra-revolucionário. Mas um tal governo, uma vez dissolvido o MFA, uma vez desorganizadas as forças revolucionárias, não estaria mais em condições de ser o anteparo da reacção contra-revolucionária fascista. Não estaria mais em condições de evitar a vaga contra-revolucionária fascista. A médio prazo ou mesmo a curto prazo. É por isso que nós pensamos, nós, os comunistas, que todos aqueles que se afirmam interessados na defesa da democracia no nosso país, todos aqueles que se afirmam partidários no caminho para o socialismo, e são numerosos aqueles que o afirmam, devem tentar um último esforço para evitar que no nosso país haja confrontos armados, um último esforço para encontrar uma solução política para a crise. Pedimos desculpa aos jornalistas por termos marcado esta Conferência de Imprensa para tão tarde, para-as 11 horas da noite, mas nestes dias que passam há horas que podem decidir tudo.

O acordo de 25 de Agosto e as grandes acções de massas contra a reacção e pelo prosseguimento do processo revolucionário, a partir dele realizadas, representam um importante momento na luta pela unidade das forças de esquerda desde sempre travada pelo PCP.

O significado dos entendimentos estabelecidos na reunião do Centro de Sociologia foi, porém, logo a seguir e posteriormente exagerado ou deformado por certos órgãos de Informação e até pelas declarações de algumas das organizações participantes.

O acordo não traduziu uma súbita e inesperada aproximação entre as forças que o subscreveram. Ele insere-se num processo longo e irregular de contactos, conversações e alguns entendimentos na acção. Uma parte das organizações que o subscreveram (PCP, MDP, FSP e MES) têm mantido desde há meses regulares trocas de opiniões, algumas vezes traduzidas em acções concretas realizadas em conjunto. Com a LUAR, a LCI e o PRP vinha o PCP estabelecendo contactos na busca de pontos de encontro. A reunião de 25 de Agosto interrompeu mesmo numa outra em que das organizações referidas apenas o PRP se recusava participar e na qual se procurava em conjunto reforçar a intervenção unitária das massas populares na crise política, através das grandes acções que vieram a ter lugar.

Os factos legitimaram a conclusão de que na actividade que precedeu o acordo a iniciativa do PCP não foi exclusiva mas conta-se seguramente como das mais persistentes e continuadas. As mesmas organizações que hoje procuram servir-se do acordo para minar a unidade das forças de esquerda e acirrar o combate ao PCP utilizando um esquema que não desmerece o da social-democracia, são as mesmas que ao longo dos meses se têm empenhado em torpedear todo o trabalho unitário.

As especulações feitas a propósito da reunião de 25 de Agosto tornam indispensável esclarecer, uma vez mais, que essa reunião não decidiu criar uma frente, apenas reconheceu que a sua criação seria de muito grande importância.

Mas concluiu ao mesmo tempo que uma frente carecia de um programa comum não existente, aceitando-se, mas apenas como bases válidas para a sua ulterior elaboração, o documento do COPCON e o documento «Linhas de acção programática e tarefas de transição» do V Governo Provisório.

A parte mais substancial das conclusões é a que levou as organizações presentes, uma vez de acordo relativamente àquelas ideias básicas, decidirem passar à acção em conjunto tendo em vista assegurar uma ofensiva contra a reacção e pelo avanço do processo revolucionário para o que constituíram um Secretariado Provisório.

A tarefa cometida ao Secretariado Provisório foi, pois, esta e mais nenhuma. Qualquer tomada de posição feita em nome do Secretariado Provisório que não se cinja a «articulação de acções» não tem qualquer significado nem pela letra das conclusões de 25 de Agosto, nem pelo debate travado na reunião.

Não é uma questão formal esta que aqui anotamos: o respeito pelos acordos nos termos rigorosos em que foram estabelecidos tem de ser um princípio fundamental de toda a prática unitária, de toda a actividade concorde

à formação de uma frente das forças revolucionárias.

A tentativa actual de utilizar o Secretariado Provisório para dar projecção pública a julgamentos, críticas e condenações de iniciativas políticas do PCP inscreve-se objectivamente no velho projecto esquerdista de «crescer à custa do PCP» que a experiência revolucionária já mostrou estar condenada ao fracasso. A não serem completamente afastadas semelhantes tendências não só não será possível qualquer frente revolucionária que pese efectivamente como força política, como o próprio progresso da cooperação entre os partidos e as forças de esquerda entrará em recuo.

O acordo de 25 de Agosto foi fundamentalmente um acordo para a acção. Nesta qualidade provou a sua eficácia, permitiu a ampla mobilização das massas, indicou o caminho seguro para a concretização de um projecto de frente revolucionária.

Seria um erro grave que forças revolucionárias que, apesar de diferenças de opinião divergências e dificuldades, têm já uma experiência de cooperação positiva, permitissem agora que alguém ou alguns pudessem servir-se (como parece pretenderem fazer) do acordo de 25 de Agosto para envenenar os progressos da unidade na acção das forças revolucionárias, impedindo de facto a possibilidade de uma resposta conjunta das forças de esquerda aos múltiplos perigos que ameaçam o processo revolucionário.

A proposta do PCP, formulada na conferência de Imprensa do camarada Alvaro Cunhal do dia 28 de Agosto, abre um largo e decisivo campo de intervenção, complementar da acção revolucionária das massas, às forças de esquerda que participaram no acordo de 25 de Agosto. Pretende condenar a sob a acusação que se trata de uma conciliação com a social-democracia, quando decorrem a diferentes níveis negociações em que a social-democracia está presente, directa ou indirectamente, significa pretender arrear dessas negociações os partidos e as organizações de esquerda, diminuir o peso das forças revolucionárias nas soluções políticas da presente crise.

A serem aceites pelas forças de esquerda as concepções daquelas que combatem todas as negociações e todos os compromissos, quando negociações e compromissos estão em largo curso, isso significaria que essas forças de esquerda consentiam que lhes caspassem a iniciativa, que as marginalizassem relativamente a um campo de operações agora de grande importância, que as escorrassem de um terreno que pela sua força e influência podem ocupar.

A valorização dos factores de divisão entre as forças de esquerda só aos inimigos declarados ou encobertos do processo revolucionário podem interessar. E isto que em nome dos interesses das massas trabalhadoras, da marcha da revolução e da simples vigilância revolucionária as forças de esquerda não podem perder de vista, por muito fortes que lhes pareçam outras razões.

É por isto que o PCP continua pronto a reforçar com as outras forças de esquerda a cooperação e a acção conjunta, incluindo toda a actividade com vista à concretização de um projecto de frente revolucionária baseada em princípios políticos, orgânicos e directivos comumente elaborados.

# Acerca dos acordos de 25 de Agosto entre o PCP e outras organizações de esquerda

Em relação com a proposta feita pelo PCP na conferência de Imprensa do camarada Alvaro Cunhal, no dia 28 de Agosto, têm sido feitas numerosas perguntas à Secção de Informação e Propaganda do PCP.

Pergunta-se se o encontro proposto visa uma negociação entre adversários ou um encontro entre aliados.

No presente momento, tem de considerar-se uma negociação entre adversários. Não pode deixar de ser assim, uma vez que os conflitos chegaram a tal ponto que são de temer confrontos violentos.

Mesmo nas guerras, os inimigos chegam por vezes à conclusão da necessidade de um cessar-fogo e de abrir negociações. Semelhantemente, na situação política portuguesa actual.

Os interesses da Revolução exigem que se abram negociações entre forças que se combatem violentamente no terreno político, o que, a não se encontrar, rapidamente, uma solução política, pode facilitar um golpe de direita.

Em todas as forças em presença há numerosos elementos que desejam, sinceramente, assegurar o curso revolucionário. Esta situação abre possibilidades de cooperação.

A proposta de encontro terá, sem dúvida, forte impacto nos militantes do PS.

Lembra-se que, no documento dos oficiais do COPCON se admitia uma larga frente indo até ao PS, com exclusão da sua cúpula.

Pergunta-se se a negociação e a composição do encontro proposto não diminuem o papel das forças revolucionárias.

A proposta de negociações não é uma coisa nova, fora das realidades. Deve ter-se a ideia de que tem havido, sem qualquer dúvida, negociações. Simplemente, nelas não têm participado directamente os partidos políticos.

Na proposta do PCP, da parte dos partidos políticos, estariam representados no encontro, os sete partidos promotores da criação de uma frente revolucionária.

A proposta desta representação é uma valorização e não uma desvalorização da esquerda revolucionária.

Pergunta-se se o encontro proposto pelo PCP contradiz a sua cooperação com os partidos que se pronunciaram pela criação de uma frente revolucionária e que constituíram o Secretariado Provisório.

Não contradiz de forma alguma.

O encontro proposto é um encontro em que participam forças que se apresentam actualmente como adversárias. As relações com os citados partidos dentro do projecto de criação de uma Frente, são de entendimento e de cooperação.

O encontro visa antecipar e sustentar a ameaça de um golpe de direita e um confronto armado. Quanto mais sérios passos se derem no fortalecimento da cooperação entre os partidos revolucionários, melhores condições há para fazer face à ameaça de um golpe de direita.

Também a realizar-se o encontro, a estreita cooperação dos partidos revolucionários fortalecerá a sua posição.

Pergunta-se se a proposta significa uma inversão do sistema de alianças do PCP, buscando a aliança com o PS em prejuízo da aliança com os partidos da esquerda.

De forma alguma. A aliança com os partidos revolucionários é hoje o núcleo essencial de uma vasta Frente de forças sociais e políticas interessadas no processo revolucionário rumo ao socialismo.

É entretanto indispensável que, surgindo dificuldades e divergências entre os partidos participantes, se evitem ataques recíprocos em termos violentos e insultuosos, que tornem impossível a cooperação.

Pergunta-se se o encontro proposto significa uma alteração da posição do PCP em relação à social-democracia.

Nada altera. O PCP continua a considerar que não é possível nem desejável em Portugal a instauração de uma democracia burguesa, e que a social-democracia, tanto em Portugal como no estrangeiro, se opõe ao processo revolucionário português.

## SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



1. No dia 25 de Agosto de 1975, numa reunião realizada entre representantes dos seguintes partidos e organizações políticas: FSP, LCI, LUAR, MES, MDP/CDE, PCP, PRB-BR e 1.º DE MAIO, chegou-se a várias conclusões, entre as quais:

- a) Aceitar como base de trabalho válida para a elaboração dum programa político revolucionário, o documento do COPCON e o documento «LINHAS DE ACÇÃO PROGRAMÁTICA E TAREFAS DE TRANSIÇÃO».
- b) Envidar esforços para a criação de uma Frente que englobe os Partidos e outras organizações políticas revolucionárias, os militantes revolucionários, o MFA e os órgãos autónomos de poder popular referidos no documento-guia da aliança MFA/POVO, como saída para o processo revolucionário.
- c) Constituir um Secretariado Provisório destinado a articular acções que permitam uma ofensiva comum contra a reacção e pelo avanço do processo revolucionário.

Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

## A ofensiva reaccionária nos meios de informação

— Ao ser dada por concluída a discussão e votação, na Assembleia Constituinte, dos artigos sobre a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, o grupo de deputados do PCP fez uma declaração de voto em que se afirma:

O PCP saudou a consagração constitucional da liberdade de imprensa e as suas necessárias consequências, entre as quais a proibição da censura.

O PCP vê entretanto com preocupação a aprovação de certas disposições do articulado proposto.

— Ao recusar-se a proibir constitucionalmente a propaganda fascista, colonialista, racista e bolchevique; — Ao retirar aos jornalistas a possibilidade de intervenção nos órgãos de comunicação nacionalizados; — Ao negar aos restantes trabalhadores a possibilidade de intervenção nos jornais em cuja produção participam.

— Ao retirar ao Estado a direcção dos órgãos de comunicação que lhe pertencem;

— Ao entregar a direcção desses órgãos de comunicação a comissões interpartidárias, constituídas, proporcionalmente, por todos os partidos representados na Assembleia dos Deputados, incluindo os partidos reaccionários;

— Ao estabelecer a interdependência dos órgãos de

comunicação pertencentes ao Estado perante o Governo, perante o MFA, em suma perante a Revolução;

— Ao consagrar o direito de expressão de todas as correntes de opinião — incluindo as antidemocráticas e contra-revolucionárias — nos órgãos de comunicação social pertencentes ao Estado;

— Ao recusar-se a afirmar a necessidade de uma política de informação visando a mobilização e consciencialização revolucionárias;

— Ao aprovar, ou a recusar a aprovação a tais disposições, a Assembleia não prestou qualquer serviço à Revolução. Pelo contrário: deserviu-a. Abriu margem à utilização contra-revolucionária das liberdades. Permite o ressurgimento impune dos «Bandarras» e dos «Tempos Novos» — que em boa hora a revolução ilegalizou. Perfeitamente obcecada por circunstâncias conjunturais a Assembleia Constituinte eximiu-se a tomar as providências que o simples bom senso aconselharia.

A Assembleia Constituinte inconstitucionalizou uma parte essencial da Lei de Imprensa vigente. Ignorou o Plano de Acção Política do PRD, aqui tão celebrado na altura do seu aparecimento pelos partidos que agora se aprestaram tão ligeiramente a violá-lo. Pisou aos pés conquistadas democráticas estabelecidas, como a do direito dos jornalistas a intervi-

rem na orientação dos jornais em que trabalham. Entim, ignorou a revolução e os mínimos requisitos da sua defesa.

Violando as regras mínimas da qualificação constitucional, a Assembleia dedicou três longos artigos à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, dando lugar constitucional a matérias cujo lugar adequado seria a lei. Levando até ao absurdo a sua concepção das liberdades fundamentais — como simples defesas perante o Estado —, a Assembleia Constituinte retirou ao Estado a direcção da sua própria televisão, da sua própria rádio, dos seus próprios jornais.

### A «objectividade» do «Expresso»...

O «Expresso» não conseguiu esconder o esforço que realiza para agravar um pouco mais a gravíssima crise que o País atravessa. O estilo de jornalismo especulativo e intrigante de que o semanário do dr. Balsemão tanto se orgulha floresce nestas semanas em artigos e comentários em que transparece o entusiasmo reaccionário e irresponsável dos seus autores.

O anticommunismo, como sempre, é o tempero básico de uma edição em que tudo serve aos analistas do «Expresso» para atingir em seu alvo contra-revolucionários. Dedicou-se uma página inteira à Reforma Agrária para que um repórter exibicionista destile a sua peçonha contra o PCP e, através de voltas e contravoltas, assumia a defesa dos interesses do latifúndio. Noutra página, o defensor do ex-general Kaulza de Arriaga fez o elogio das virtudes democráticas revolucionárias desse figuração fascista.

Na página 8, ao lado do editorial, intitulado «Tempo de apurar responsabilidades», encontram-se treze artigos anticommunistas. O órgão oficioso do PPD pretende na apresentação desses trabalhos justificar o seu mórbido interesse pelo nosso Partido. Tratar-se-ia de aprofundar o «significado do anticommunismo galopante a que se assiste». Mas as explicações são fanaticamente anticommunistas. O trabalho mais substancioso dessa trilogia de textos foi confiado a um elemento do MRPP que define como «levantamentos camponeses» os ataques às sedes do nosso Partido no Norte do País e compara os bandos

fascistas que têm saqueado e incendiado os Centros de Trabalho do PCP aos movimentos camponeses do tempo da Maria da Fonte. Segundo esse energúmeno, os símbolos do Poder Central, para os camponeses, seriam as sedes do nosso Partido. É esse o padrão da análise política que a direcção do «Expresso» confia aos ideólogos do MRPP.

Como é de rotina em todas as suas edições, o «Expresso», mais uma vez, procura, na última, persuadir a sua clientela de que sabe mais sobre a tática do nosso Partido do que o próprio Comité Central do PCP.

Destá vez, contudo, não se contentou em revelar tudo sobre o PCP no estilo rendado da crónica mundana. O seu subdirector meteu ombros a uma peça de Hércules ao inventar, montar e descrever aquilo a que se chama os «5 cenários até Dezembro de 1976». Define esse trabalho como esforço de «clarificação e de consciencialização das várias pistas alternativas do futuro português». E promete desenvolver o esquema. É assim que os intelectuais da burguesia fazem política no momento em que a Revolução corre perigo. Montam cenários, fazem profecias de videntes, acumulam hipóteses mirabolantes, factores e incógnitas. Segundo esse émulo de Lopez Rega, tudo pode vir a acontecer em Portugal entre os cenários A e E, com os partidos e forças políticas e o MFA a dançarem entre uns e outros. As classes sociais, bem entendido, não existem para esse cultor de um jornalismo político que esteve na moda nos Estados Unidos por volta de 1900...

Mas esqueçamos os exercícios de futurologia política do órgão oficioso do PPD. Nem sempre os seus redactores se mostram obcecados pelo futuro. Por vezes, é o presente que os preocupa, e, então, esforçam-se por ganhar a respeitabilidade de austeros historiadores. A propósito de reuniões em que o nosso Partido esteve representado e que o levaram à constituição de um secretariado provisório, o «Expresso» publica um artigo intitulado «História da Frente Unida Revolucionária». O assinalável nesse texto não é o carácter pomposo do título sobre algo que nunca chegou a constituir-se. É a segurança com que o «Expresso» relata, embora deturpando tudo intencionalmente, pormenores sobre o que se teria dito nas citadas reuniões. Alude o jornal às suas fontes absolutamente fidedignas. Repete o processo e a justificativa que sempre utilizou. Em relação a Assembleias do MFA, a reuniões do Conselho de Segurança e a encontros sigilosos em unidades militares. É dessa forma, trilhando esse caminho, que o «Expresso» pretende apresentar-se como modelo de jornal independente, como padrão de ética jornalística. Inventando, caluniando, mentindo.

Um jornal? Não. Um panfleto da contra-revolução

### ... e as intrigas do «Tempo»

O «Tempo» defende um tipo de liberdade de imprensa igual ao do «Expresso». É favorável à liberdade de imprensa dos proprietários de jornais, bate-se pela sobrevivência de jornais que sejam empresas privadas, sociedades por acções,

instrumentos de defesa do capitalismo. É também um jornal profundamente reaccionário. Mas é um reaccionarismo diferente. Mais aberto, mais claro, sem máscara.

O «Tempo» não tem a pretensão de fazer um jornalismo inspirado nos moldes criados pelos grandes órgãos da burguesia europeia. Não se aventura no terreno das análises políticas com a soberania do «Expresso» ou do «Jornal Novo». É sobretudo uma folha voltada para o boato, para o ataque pessoal mesquinho e calunioso, para a exploração de detalhes escandalosos. A política, para os seus redactores, passa pelo caminho da intriga. Morreria rapidamente sem as crónicas mundanas, sem as secções de mexericos «confidenciais» fabricados por comrades da reacção educadas na escola jornalística da americana Elsa Maxwell ou da francesa Carmen Tessier. Mas esses ingredientes, indispensáveis para que o jornal seja comprado e discutido pela burguesia, são manipulados com objectivos políticos. A escolha de uma fotografia, de um subtítulo, a transcrição de uma carta particular têm para esse jornal degradante, muitas vezes, maior significado político do que o próprio editorial. Até porque o editorial reflecte quase sempre o primarismo político e intelectual da equipa do «Tempo». É tão reaccionária que, por dose excessiva, não acerta muitas vezes no alvo. O editorial do último número, por exemplo, desagraviava talvez ao próprio ex-general Spínola e aos dirigentes do ELP pela forma pouco inteligente como deixá transparecer a sua simpatia pelos movimentos fascistas que dizem lutar pelo separatismo na Madeira e nos Açores. O «Tempo» alargou-se em pormenores sobre reuniões secretas, fala da iminência de uma «declaração unilateral» de independência, das ligações internacionais e escreve, em tom falsamente compungido: «O povo português será provavelmente forçado a encerrar brevemente com coragem e discernimento mais este desafio histórico que lhe vai ser posto.»

O «Tempo» exagera intencionalmente a força das setas fascistas açorianas. O que lhe interessa é criar um clima de alarme, de pânico, relacionar as provocações do chamado Movimento de Libertação dos Açores com a crise política e militar no Continente e atribuir aos partidos e forças progressistas a responsabilidade pelas situações que descreve a seu modo. Será por acaso que no meio de uma coluna de baseadas sobre turismo figuram duas referências a um tal MIA (Movimento de Independência do Algarve) cuja sigla estaria aparecendo por terras algarvias. Acreditam os redactores turísticos do «Tempo» que o Algarve pretende a independência? Por esse caminho não tardarão a mostrar-se alarmados quando o MRPP ou qualquer grupelho fascista da mesma família política resolver pintar na calada da noite, nos muros de Lisboa, a sigla de um imaginário movimento de libertação de Alcantara ou de Sacavém. Afirma o «Tempo» à condeição de seu inesquecível editorial que «Estamos na plataforma da História». Quem? Portugal tem oito séculos de História como nação independente. Mas o «Tempo», pelo que se vê e lê não atravessou ainda as portas da pré-história do jornalismo. O seu reaccionarismo é pré-histórico.

# MULTIPLICAM-SE AS MANIFESTAÇÕES DE SOLIDARIEDADE AO PCP E À REVOLUÇÃO

A vaga criminosa de violências e provocações fascistas de que têm sido vítimas trabalhadores progressistas, militantes e simpatizantes do nosso Partido e de outras forças democráticas, os assaltos aos nossos centros de trabalho, que causaram a morte de um dos nossos camaradas e ferimentos em muitos outros continuam a merecer a maior repulsa da parte de partidos irmãos, trabalhadores e organizações progressistas de todo o mundo, que manifestam ao nosso Partido e à Revolução Portuguesa a sua solidariedade militante e um apoio sem reservas.

A Comissão Política do Partido Comunista da Bélgica, numa declaração enviada à imprensa, depois de salientar os sérios obstáculos com que passaram a deparar as forças que procuram arrastar Portugal para a via da contra-revolução, refere que pode ser vencida a crise política que os elementos fascistas e reacçãoários provocaram especulando sobre as divisões da esquerda e desencadeando a violência contra o Partido Comunista Português.

Do ponto de vista da unidade, o PC da Bélgica apoia as ideias e os actos susceptíveis de reunir uma ampla frente em volta das conquistas democráticas do Povo Português contra qualquer forma de intervenção imperialista, contra a ameaça contra-revolucionária em Portugal e a escalada da violência anticomunista que a acompanha. Nesse sentido, está disposto a contribuir para todas as iniciativas internacionais que visem a organização da solidariedade com a Revolução Portuguesa e o reforço da união das forças operárias e democráticas da Europa, tendo em conta as condições específicas de cada país e no respeito pela autonomia de cada partido associado a essa iniciativa.

Por seu lado, o Conselho Geral dos Sindicatos Soviéticos solidarizou-se fraternalmente com os trabalhadores portugueses que lutam para defender as liberdades democráticas conquistadas com a Revolução.

Numa declaração enviada à imprensa, o CCSS afirma que as notícias sobre as agressões armadas de elementos pró-fascistas contra os representantes e as secções locais das organizações democráticas e progressistas do País causam grande inquietação entre os trabalhadores soviéticos, e as suas organizações sindicais. Os sindicatos soviéticos proclamam o seu incondicional apoio às forças progressistas de Portugal que têm como objectivo a construção de um país novo e liberto do fascismo.

Dentro do mesmo espírito de solidariedade e ajuda, os representantes dos Partidos Comunistas da Checoslováquia e da Irlanda, num comunicado conjunto, revelam a sua inquietação quanto aos actos terroristas da reacção portuguesa e quanto às investidas do imperialismo internacional contra a evolução democrática de Portugal. Declaram-se solidários com os comunistas portugueses e com todas as forças democráticas que defendem a acção revolucionária contra os ataques da reacção íntima e externa.

O mesmo sucede com o PC Libanês que, num comunicado do Comité Central, apelou para a organização de uma vasta campanha de solidariedade para com todas as forças progressistas de Portugal que lutam contra o ofensiva da reacção.

Tomada de posição idêntica é a dos jovens comunistas austríacos, que exprimiram a sua solidariedade com a luta do povo português e com os comunistas, democratas e antifascistas de Portugal, protestando energicamente contra os ataques da reacção e apelando para que todas as organizações de juventude antifascista do mundo apoiem a justa luta travada em Portugal.

A Federação Sindical Mundial, solicita, por sua vez, o apoio a Portugal por parte de todas as forças progressistas do mundo. A FSM anuncia que elementos reacçãoários portugueses levaram a efeito uma larga ofensiva, com o objectivo de destruir o processo revolucionário, promovendo, ao mesmo tempo, uma vaga de terror fascista que invadiu os Açores, onde elementos reacçãoários atacam e destroem sedes de organizações democráticas. Esta organização sindical apoia a determinação de todos os trabalhadores portugueses em defender intransigentemente o processo iniciado em 25 de Abril.

## Sacerdotes apoiam as forças democráticas contra o fascismo

Antifascistas da República Federal Alemã apelam também para a solidariedade no combate à contra-revolução. Personalidades democráticas, funcionários sindicais, professores, padres e organizações progressistas da República Federal Alemã condenaram energicamente, em declaração comum, os actos de terror anticomunista em Portugal e apelaram para a solidariedade internacional no combate à contra-revolução.

Onze pastores de Schleswig-Holstein publicaram uma declaração em que advertem contra o apoio às violências antidemocráticas em Portugal. Nessa declaração, dizem, nomeadamente: Observamos com preocupação que, em nome do cristianismo, se conjura um anticomunismo que serve de pretexto às forças reacçãoárias para impedir um desenvolvimento democrático em Portugal que traga mais justiça social.

Como cristãos, nós esperamos que as forças democráticas em Portugal — Forças Armadas, socialistas, comunistas, e outros grupos democráticos — encontrem, sob consideração dos seus próprios interesses, uma via para a colaboração e, com isso, para a paz e a justiça, em benefício de todo o povo; uma via que poupe ao Povo Português um segundo Chile.

Willi Bleicher, de Estugarda, antigo dirigente distrital do Sindicato dos Metalúrgicos da G.M.E.T.A.L.L. em Baden-Wuerttemberg, declarou: O que é que eu posso dizer quanto a isso — Meu Deus, meu Deus, os que fazem isso são vândalos.

Heinz Lukrawka, presidente do conselho da Empresa da Fundação Rheinmetall de Duisburg-Meiblich classificou os atentados, assaltos e incêndios como fruto do anticomunismo que sempre foi e continua a ser prejudicial ao povo trabalhador... A este terror deve opor-se a solidariedade de todos os democratas.

Hans Jennes, dirigente sindical, membro da presidência da União dos Antifascistas VVN, de Francoforte, vê nos ataques terroristas dos bandos contra-revolucionários um sinal de alarme para todos os antifascistas e democratas da Europa... Nós exigimos a cessação imediata de toda e qualquer intervenção por parte do Governo Federal e das direcções dos partidos estabelecidos da RFA nos assuntos internos de Portugal.

Entretanto, mais de 50 presidentes dos conselhos de empresas e dos responsáveis sindicais das maiores empresas industriais de Dusseldorf, Krefeld, Wuppertal, Solingen e outras cidades da RFA, publicaram uma declaração em que exprimem a solidariedade dos trabalhadores ocidentais com o Partido Comunista e as outras forças democráticas de Portugal que lutam contra a reacção apoiada pelo imperialismo mundial.

Os autores da declaração condenam os actos de terrorismo particularmente no Norte de Portugal, contra os democratas portugueses.

## Socialistas contra o anticomunismo

Significativa e digna de realce é também a posição do Presidium do Comité Central do Partido Socialista Checoslovaco ao declarar num comunicado que os «leaders» anticomunistas do Partido Socialista português, apoiados pela Direcção Central da Internacional Socialista, desempenham um papel reacçãoário na tentativa de entravar o processo revolucionário em Portugal.

A experiência do período de 1945-1948 e de 1968-1969 atesta que não se pode assegurar um autêntico socialismo, senão em estreita cooperação com a classe operária e o seu Partido revolucionário, sublinha o documento, acrescentando:

«Pensamos que a consolidação das realizações democráticas em Portugal, é o único meio de sair do período crítico. Solidarizamo-nos com os esforços dos democratas portugueses que têm como objectivo assegurar a acção unitária do Movimento das Forças Armadas, dos comunistas e socialistas, de todas as forças progressistas de esquerda que lutam pelo reforço do regime democrático antifascista em Portugal e que defendem as conquistas revolucionárias do Povo Português.

Por seu turno, a secção provincial de Liège da Frente de Independência inquieta-se com as violências fascistas em Portugal e junta-se ao movimento de solidariedade em nome de todos os que sofreram para que o fascismo não mais apareça.

A Frente de Independência de Liège pede aos partidos democráticos à frente comum sindical, à Assembleia de Liège para a Paz e às organizações patrióticas, tão sensíveis à derrota do fascismo hitleriano a 8 de Maio de 1945, para trabalharem com

todas as suas forças contra o regresso do fascismo a Portugal.

Outras correntes de pensamento tomam também uma posição clara de protesto e condenam firmemente a onda reacçãoária. O jornal de Viena de Austria «Wiener Kirchenzeitung», órgão eclesiás-

## INTELECTUAIS PROGRESSISTAS CONTRA AS MENTIRAS DA IMPRENSA REACCIÓNÁRIA

Artistas e intelectuais de renome, romancistas, críticos, poetas, cineastas e ensaístas, e cientistas e dramaturgos conhecidos em todo o Mundo, como Alberto Moravia, Pier Paolo Pasolini, Hans Magnus Enzensberger, Jean-Pierre Faye, Peter Weiss, Franco Solinas, Renzo Vespiagnani, James Aldridge, assinaram uma declaração com mais de três dezenas de nomes, chamando a atenção da opinião pública para a forma escandalosa como a imprensa dos seus países vêm informando sobre a situação em Portugal.

Salvo honrosas excepções, «a imprensa dos nossos países, que se erige agora em defensora da democracia portuguesa, é a mesma que durante dezenas de anos, evitou falar dos assuntos internos do Portugal de Salazar e Caetano, embora as suas crueldades afectassem milhões de seres humanos. Agora, pelo contrário, arroga-se o direito de fiscalizar (à sua maneira) tudo o que acontece em Portugal.»

E para levar a cabo esta fiscalização tendenciosa — acrescentam os signatários da declaração — começa por criar um instrumento retórico, cujo termo-chave é a palavra «pluralismo», entendendo como tal a possibilidade de vinte proprietários de agências e empresas jornalísticas europeias e norte-americanas dominarem a informação e gozarem do direito de impor a sua opinião ao resto da Humanidade.

Protestando contra esse estado de coisas, os intelectuais referem a todas as pessoas com espírito crítico que a uniformidade da imprensa reacçãoária na propaganda contra o processo revolucionário português «é um sintoma de fascismo contra o qual convém estar permanentemente em guarda».

que obviamente está longe de possuir uma orientação comunista, condenou vehementemente as acções da reacção portuguesa. Tudo leva a crer, escreve o jornal, que em Portugal, pessoas que

nada têm a ver com a Igreja, aproveitem as reuniões católicas para cozinhar a sua própria sopa política; não é uma atitude cristã, sublinha o jornal, expressar os seus sentimentos através de falsificações ou fraudes ou ainda de perseguições e campanhas violentas contra os que deles discordam politicamente. O jornal termina fazendo um apelo aos corações portugueses para que condenem clara e decididamente este tipo de acções.

Também naquela capital, foi publicado um comunicado dos Resistentes que aqui tem da Federação Internacional a sua sede central. Nele, a

conhecem o que significa a política anticomunista e o terror sangrento dos fascistas, em nome de todos os antifascistas, a FIR faz um apelo para que se apoie o movimento democrático popular português.

## Mensagem de Arafat

Entretanto, o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, recebia de Yasser Arafat, presidente do Comité Executivo da Organização de Libertação da Palestina e comandante-chefe das Forças da Revolução Palestiniana, uma mensagem onde se defende a causa da liberdade e se considera a vitória portuguesa como uma vitória árabe e palestina. Temos como certo — acrescenta Arafat — que há um elo directo e objectivo entre a libertação de Portugal, a luta árabe em geral e a palestina em particular.

Dirigindo-se a todas as forças democráticas e progressistas civis e militares, e ao Povo Português, o «leader» da OLP faz um apelo à unidade para defender a independência de Portugal e o seu sistema democrático, batendo os inimigos do nosso País que explorarão qualquer oportunidade para reinstalarem a ditadura fascista.

Por seu lado, o Comité Central do Partido Comunista da Argentina, numa mensagem assinada pelo secretário-geral, camarada Gerónimo Arnedo Alvarez, e dirigida ao nosso camarada Alvaro Cunhal, envia ao CC do PCP e aos comunistas portugueses a saudação fraterna e a solidariedade total dos comunistas argentinos.

Confiantes na capacidade de luta do Partido Comunista Português e na sua linha política, confiantes na classe operária, no Povo Português e na consolidação da aliança do movimento popular com o MFA, os nossos camaradas argentinos condenam firmemente os planos da contra-revolução apoiada pela CIA, que conspira para fazer recuar Portugal para o seu Estado anterior de fascismo e colonialismo, de dependência e miséria.

FJR expressa a sua solidariedade com as forças democráticas portuguesas. Em nome de milhões de antigos participantes da Resistência a vítimas do fascismo, os quais pela sua própria experiência

# A LINGUAGEM E OS MÉTODOS DO DR. MÁRIO SOARES

Retomando um processo que tende a tornar-se rotineiro, o secretário-geral do Partido Socialista decidiu escolher órgãos de Informação estrangeiros para as suas primeiras declarações, sobre um acontecimento político nacional de grande importância: as nomeações do almirante Pinheiro de Azevedo para Primeiro-Ministro e do general Vasco Gonçalves para chefe do Estado-Maior-Geral das Forças Armadas. O dr. Mário Soares quer que a «Europa dos Nove» conheça, antes do seu próprio povo, aquilo que ele pensa. Os ecos das suas ideias chegam a Portugal com maior ressonância, devido ao apoio que circulos dirigentes da social-democracia europeia emprestam ao que diz faz o seu aliado preferido. Por outro lado, os precedentes demonstram que declarações feitas no estrangeiro podem ser facilmente desmentidas. Não é a primeira vez que o dr. Mário Soares dá o dito por não dito.

Desta vez o secretário-geral do Partido Socialista excedeu-se a si próprio em matéria de arrogância suficiente. Em entrevista ao diário italiano «Il Tempo», começou por afirmar que o almirante Pinheiro de Azevedo não pode invocar nenhum título de legitimidade. Seria útil que o dr. Mário Soares precisasse de uma vez por todas o seu conceito de legitimidade. De outro modo chegar-se-á à conclusão de que apenas será legítimo um primeiro-ministro indicado por ele próprio ou, quem sabe, a sua própria pessoa.

As referências feitas à nomeação do general Vasco Gonçalves para o EMGFA são chocantes não tanto pela animosidade que revelam como pelo espírito de vasalagem em face da NATO. O dr. Mário Soares está preocupado com o juízo da NATO acerca da decisão tomada pelo Presidente da República. É uma estranhíssima preocupação. Portugal é membro do chamado Tratado do Atlântico Norte. Assumiu compromissos que, no próprio contexto da política de segurança europeia e de desarmamento, reafirmou na reunião de Bruxelas do próprio general Vasco Gonçalves quando ainda Primeiro-Ministro. Esses compromissos, porém, nada têm

## Um conceito de unidade

Com tiradas dessas, o secretário-geral do PS demonstra não estar à altura das responsabilidades políticas que lhe foram confiadas pelos seus correligionários. Quando um dirigente político desce a tal linguagem apenas confirma a sua falta de condições para travar um diálogo democrático seja com quem for. Sempre pronto a colocar-se acima dos outros, num plano de infantabilidade, o dr. Mário Soares enquanto continua a rolar a manivela do realejo da aritmética eleitoral, esquece as mais elementares regras do convívio democrático. Cria uma nova semântica em que as palavras têm o significado de qualquer trabalho político viável ao impor condições que não passam de um amon-

toado de disparates. Afirma, por exemplo, que é preciso que «os sindicatos se coloquem ao serviço dos trabalhadores, deixando de ser uma mera correira de transmissão entre o Partido Comunista e o Governo». De que sindicatos fala, de que País, de que partido? Terá o dr. Mário Soares esquecido que companheiros seus socialistas (aliados, aliás, ao MRPP) acabam de conquistar as direcções de sindicatos tão importantes como o dos bancários e o dos empregados de escritório? Os comunistas bateram-se pela unidade e pela unidade sindical. Democraticamente. Opuseram-se ao pluralismo sindical que seria um factor de divisão dos trabalhadores e um instrumento de manipulações partidárias. Quem nestas últimas eleições sindicais foi beneficiado pela unidade? O PS que tanto a combateu.

Os comunistas, como sempre afirmaram o PCP, submeteram-se democraticamente à vontade da maioria. Preferem ser minoria no seio de um único sindicato por categoria profissional a aceitar as consequências nefastas do pluralismo. Os trabalhadores podem cometer erros, mas acabam sempre por compreender quem defende os seus verdadeiros interesses. «A correira de transmissão» a que alude o dr. Mário Soares é portanto mais uma das suas fantasias.

Só num ponto concordamos com o secretário-geral do PS. Tem razão quando afirma que, se os grandes problemas políticos do momento não forem resolvidos, a revolução corre um perigo mortal. Mas é pena que não confesse que a direcção do seu partido e particularmente a sua pessoa são largamente responsáveis pela gravíssima crise que o País enfrenta. Quem abriu à reacção o espaço de manobra que ela tratou logo de utilizar foi o PS. Um dos maiores responsáveis pela onda de anticomunismo é o dr. Mário Soares. E cabe-lhe também boa parte da responsabilidade por manobras que contribuíram para a ruptura da unidade do MFA.

As suas últimas entrevistas a órgãos de Informação estrangeiros confirmam que não percebeu ainda a necessidade de mudar de rumo, de linguagem e de métodos.



Porto: não ao fascismo, sim à Revolução!

# GRANDE JORNADA NO PORTO PELO AVANÇO DA REVOLUÇÃO

A manifestação unitária que na passada sexta-feira, 29, se realizou no Porto, foi uma grandiosa e inequívoca demonstração da combatividade de todas as forças revolucionárias da classe operária, das massas trabalhadoras e de todos os progressistas. Efectivamente, o apelo lançado pelas direcções regionais do PCP, MDP/CFE, FSP, MES, LCI e LUAR, no sentido de que esta manifestação constituísse «uma grande manifestação popular», foi cumprido. Dentro de uma poderosa ofensiva de massas contra o fascismo e o imperialismo é pelo avanço da revolução, esta importante demonstração popular de massas no Porto, constituiu resposta revolucionária à reacção fascista, à social-democracia e ao imperialismo que as organizações políticas, as comissões de moradores, as comissões de trabalhadores, os sindicatos, as colectividades e as cooperativas tinham apontado como necessária.

A imediata adesão de dezenas de comissões de moradores e de trabalhadores, de sindicatos ao apelo, confirma o carácter revolucionário e popular de que se revestiu a concentração de milhares e milhares de pessoas que, pelas 19 horas se começou a desenhar em toda a Avenida dos Aliados e na Praça General Humberto Delgado, para marcharem depois para o Quartel-General.

Milhares e milhares de pessoas, de braços dados entusiasticamente identificados com os objetivos políticos definidos na generalidade pelas palavras de ordem da manifestação, depois de se concentrarem na Praça General Humberto Delgado, desceram a Avenida dos Aliados, subiram pela Rua dos Mártires da República Trabalhadores, lançaram um das mãos a outra de punho cerrado e gritando as palavras de ordem identificadas com qualquer organização política, cartazes repetindo as palavras de ordem da manifestação — e um facto não passou despercebido: a presença de duas bandeiras do PS e da JS. Já no dia anterior tinham aparecido em diversas ruas da cidade docamentos de «militantes do Partido Socialista (Federação do Porto) que resolveram tomar uma posição pública sobre a linha tática do nosso partido». Entretanto, decidiram não «tornar conhecidas as nossas identidades, por interessar-nos continuar dentro do nosso Partido e combater pela sua transformação». Mais adiante, depois de referir que a acção do PS cada vez mais se confunde com a do PPD e a do CDS, aquele documento frisa: «A razão da profunda crise que atravessa o nosso Partido são as suas posições divisionistas. O nosso Partido desintegra-se. Muitos militantes abandonam-nos, entre eles alguns dos mais consequentes. O mal-estar é geral. Os mais activos estão desesperados e profundamente descontentes, e até envergonhados com as posições do nosso Partido.»

## «Apoio a Corvacho, reacçãoários fora dos quartéis»

Desde o início da concentração, ao longo do desfile e depois diante do Quartel-General, uma das palavras que mais forte adquiriu na voz dos milhares e milhares de trabalhadores ali presentes era «Apoio a Corvacho, reacçãoários fora dos quartéis».

A vinda do comandante da Região Militar do Norte à varanda foi longamente aplaudida e com profunda vibração.

A palavra de ordem «Apoio a Corvacho, reacçãoários fora dos quartéis», conquistou maior força, maior certeza quando Manuel Almeida, operário da SEPSA, leu o seguinte documento:

«As direcções dos organismos regionais do Porto dos partidos signatários salientam a importância da unidade revolucionária das forças de esquerda para ultrapassar a Revolução Portuguesa e para a derrota das forças contra-revolucionárias — civis e militares — condições indispensáveis para o desenvolvimento do processo revolucionário.

A crise política desencadeada pelos reacçãoários e seus aliados — os manoebradores da social-democracia e das multinacionais — a violência fascista que assola impunemente todo o País, mas particularmente o Norte, tornou imperioso e urgente a consolidação das forças progressistas e verdadeiramente revolucionárias e do seu empenhamento na mobilização e na unidade das massas populares, que é condição essencial para a vitória da Revolução; O regresso do brigadeiro Corvacho ao Comando da RMM, que as forças contra-revolucionárias tentavam impedir a todo o custo, é uma grande vitória das massas populares e progressistas, cria condições que permitam o desenvolvimento dos órgãos de poder popular e abra largas perspectivas para a consolidação da aliança do Povo com o MFA. Aliança que exige, sem libezas o saneamento total dos militares reacçãoários e uma acção concentrada e decidida para pôr fim à violência fascista e punir severamente os seus responsáveis, instaurando-se uma verdadeira legalidade revolucionária.

Vibrantemente apoiado, este documento foi recebido com um longo «Apoio a Corvacho, reacçãoários fora dos quartéis» e «Soldados, sempre,

pre, sempre, ao lado do povo».

## Criar condições para avançar verdadeiramente para o socialismo

Num discurso frequentemente entrecortado por fortes salvas de palmas e de palavras de ordem que sublinharam as suas frases, o comandante da Região Militar do Norte proferiu as seguintes palavras:

«Amigos, companheiros, revolucionários: Agradeço a vossa presença aqui porque ela significa que estais dispostos a continuar a trilhar o caminho árduo que nos há-de levar ao socialismo e ao fim da exploração do homem pelo homem.

O momento político que o País atravessa é muito delicado e cheio de contradições, mas isto não nos deve assustar porque significa que há muitos avanços dentro da linha revolucionária que terminará no socialismo.

É urgente que o povo português perceba a complexidade da revolução, socialista, e que só unido nas suas organizações unitárias de base, com as comissões de moradores, de trabalhadores e de aldeia, será capaz de enfrentar o inimigo principal que ainda é o fascismo.

E neste sentido que se tem pronunciado, o MFA, através de todos os seus órgãos e como elemento do MFA desde a primeira hora, sempre tenho defendido e defenderel a sua aplicação prática.

Este o único caminho que um revolucionário, como entendo que tenho sido minimamente, deve trilhar.

O MFA também pretende encontrar, em globo, uma solução revolucionária que continue na linha de defesa intransigente muitas já organizadas em torno das classes mais desfavorecidas, das suas comissões de trabalhadores e moradores, e comissões de aldeia.

Para tanto importa que o poder político-militar se defina e garanta a satisfação das necessidades mais urgentes e mais imediatas dessas mesmas classes.

No decorrer do processo revolucionário surgem alguns erros que só a experiência ensina a corrigir.

Assim contamos com o apoio de todos os autênticos revolucionários, no sentido de dia a dia, de mãos dadas e com um constante esclarecimento saibam ganhar os menos esclarecidos e indecisos para a Revolução socialista, pois os erros são corrigíveis e ultrapassáveis em qualquer processo revolucionário e só as forças reacçãoárias não interessadas no processo os aproveitam para levar para diante o regresso ao fascismo.

Agradeço hoje como noutras alturas aos que aqui vieram dar a prova de confiança depositada em mim, podendo-vos garantir que mantere a minha linha de acção como revolucionário e elemento do MFA. Viva a Revolução socialista! Viva a unidade do Povo! Viva a unidade do Povo/MFA! Viva Portugal!

No final do seu discurso, assim como já aconteceu a entrecortá-lo, sucediam-se longos aplausos, palavras de ordem longamente repetidas, numa viva demonstração de total identificação com as palavras do comandante da Região Militar do Norte. A palavra de ordem «Soldados sempre, sempre ao lado do povo», gritada durante uns 10 minutos foi bem disso uma demonstração.

A manifestação — grandiosa prova da pujança da unidade Povo/MFA — terminou depois, tendo numerosos grupos de manifestantes percorrido ainda diversas ruas da cidade afirmando o seu apoio ao comandante da Região Militar do Norte, ao MFA e ao processo revolucionário.

- Num hotel de Lisboa foram detectados alguns destacados elementos da Polícia brasileira, entre os quais Celso Teles, especialista em interrogatórios de intelectuais. Que fazem estes senhores em Portugal?
- A Comissão Portuguesa para a Paz e Cooperação afirma-se, em comunicado recentemente emitido, «contra a violência contra-revolucionária, contra o fascismo que recupera porque não foi efectiva e totalmente derrotado, contra o colonialismo onde pode sobreviver, contra o fascismo que serve a luta pela manutenção da exploração em Portugal, contra o colonialismo que divide os povos e provoca a guerra onde o imperialismo tem força para sair ou para melhor se instalar».
- O Governo Português entregou ao Governo da Guiné-Bissau dois aviões C-47 (Dakota). A cerimónia da entrega realizou-se nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, em Alverca.
- Em artigo dedicado ao nosso País, o jornal marroquino «Al-Baian», ao sublinhar que as actividades hostis ao processo revolucionário em Portugal tem lugar sob a capa do «slogan» de «luta pela democracia», afirma: «O cinismo deste «slogan» é evidente: as forças progressistas portuguesas, como todo o Povo do País, lutaram durante meio século por um regime verdadeiramente democrático em Portugal. No passado a dominação fascista sobre o Povo Português servia perfeitamente as democracias ocidentais. Hoje, elas apoiam e aprovam a reacção fascista, os seus ataques contra as forças democráticas.»
- O jornal soviético «Izvestia», em comentário à actual crise política em Portugal, afirma: «Aproveitando a instabilidade política de certos militares, todos os que se opõem ao desenvolvimento do processo revolucionário tentam aprofundar as divergências existentes no seio do MFA (...) A contra-revolução faz vir ao de cima os preconceitos anticomunistas e o modo pelas transformações, pelas mudanças necessárias a uma nova vida, socialista, inculcados pela ditadura fascista nas grandes massas populares durante quase 50 anos.»
- O jornal eclesiástico de Viena «Wiener Kirchentzung» condenou veementemente as acções que têm vindo a ser desencadeadas pela reacção em Portugal e fez um apelo aos cardeais portugueses para que condenem clara e decididamente este tipo de acções terroristas.
- A Federação Internacional de Resistentes, com sede em Viena, em nome de milhões de antigos participantes da resistência e vítimas do fascismo, em nome de todos os antifascistas, faz um apelo mundial para que se apoie as forças democráticas populares portuguesas.
- Militantes sindicalistas da República Federal Alemã condenaram a campanha conduzida por elementos reacçãoários do seu país contra as forças progressistas portuguesas. Um membro do «comité» de empresa dos estaleiros navais de Howaldtswerke, em Kiel, afirmou: «A posição da direcção do PS português recorde-nos 1918, quando a direcção da social-democracia alemã permitia a reacção recuperar em seu proveito a Revolução de Novembro.»
- A Federação Mundial da Juventude Democrática, que engloba mais de cem milhões de membros, enviou recentemente ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro um telegrama em que expressa a sua «plena solidariedade para com o povo e juventude portuguesa no esforço para continuar e desenvolver o processo de reconstrução democrática do País», e se manifesta contra as manobras da reacção interna e externa.
- Em telegrama enviado à Intersindical nacional, o Conselho Central dos Sindicatos da Polónia manifesta a sua solidariedade às massas trabalhadoras de Portugal e o seu repúdio pelas actividades dos grupos reacçãoários, tendentes a «quebrar a unidade do movimento sindical e das forças progressistas e a liquidar as conquistas do povo trabalhador de Portugal».
- O ministro da Justiça Armando Falcão determinou a proibição de circulação, distribuição e venda, em território brasileiro, de uma série de livros, editados em Portugal, e considerados «subversivos» pelo Governo brasileiro.
- Inserida na política de «controlo dos sectores básicos da economia pelo Estado, no sentido de prosseguir uma política colocada ao serviço das classes trabalhadoras» o Governo decidiu a «nacionalização da Camionagem Esteves, grupo de 38 empresas de transporte de mercadorias, cujo cliente fundamental é o Estado».
- Foi criada pelo V Governo Provisório uma Universidade Aberta. A sua criação visa a democratização do acesso ao ensino superior e insere-se nas novas formas de ensino superior destinadas a torná-lo acessível aos trabalhadores.
- O V Governo Provisório aprovou, ainda relativamente ao ensino, um projecto de decreto-lei criando, na directa dependência do MEIC, o Conselho Nacional de Alfabetização, o qual visa a institucionalização e execução de um programa nacional de alfabetização. No preâmbulo do diploma relativo ao Conselho Nacional de Alfabetização, afirma-se: «O processo de transformação revolucionária da sociedade portuguesa só terá verdadeiro sentido se apoiado na vontade consciente das massas trabalhadoras. Torna-se assim necessária uma adesão que (...) vá radicar na compreensão da dinâmica social da luta contra a exploração e a injustiça.»
- Entre o conjunto de decretos-leis ultimamente aprovados pelo V Governo Provisório, salienta-se, pelo seu significado, o projecto de decreto-lei que altera o imposto sobre sucessões e doações. Como é explicitado em anexo «o imposto sobre sucessões e doações foi revisto com o intuito de o utilizar mais, desde já, como instrumento contra a acumulação individual de riqueza e do fomento de nivelamento de patrimónios».
- Os governos da União Soviética, da República Democrática Alemã e da Suécia prontificaram-se a auxiliar o Governo Português na assistência aos retornados de Angola.

# informação

## A social-democracia e o anticomunismo

A opção socialista da revolução portuguesa desenca-deou, quer externa, quer internamente, todo um conjunto de acções coordenadas, destinadas a impedir, de facto, a concretização dessa opção. As hesitações e os recuos, face à radicalização do processo, a urgência de medidas que seriam o início da abertura do difícil caminho para a sociedade socialista, têm vindo a ser cuidadosamente aproveitadas e fomentadas por todos os inimigos do processo revolucionário. Hoje, mais do que nunca, é visível a coordenação de esforços entre a reacção interna e externa, entre as forças que defendem, na realidade, o capital. Hoje, mais do que nunca, é visível, mesmo, o dedo de profissionais, que agem sempre e onde os povos se lançam na via da sua libertação, provocadores com toda uma técnica contra-revolucionária largamente experimentada e apurada, através de êxitos e fracassos.

No intuito evidente de se ilibar das suas responsabilidades numa intervenção externa que se está, de facto, a processar dentro das nossas fronteiras e em problemas que nos dizem exclusivamente respeito, e de fomentar o anticomunismo e o anti-sovietismo, para além da tentativa de se furta a acordos internacionais que limitam as suas sinistras manobras, o imperialismo tem vindo a desenvolver uma campanha em que acusa os países socialistas de, à sombra das decisões tomadas na Conferência sobre Segurança e Cooperação Europeias, interverem nos problemas internos do nosso país.

Nos seus últimos números, o jornal soviético «Pravda» insere um artigo, em que é denunciado o cinismo de tal campanha do imperialismo, de que transcrevemos um extracto:

**Certas forças do Ocidente afirmam que os acontecimentos em Portugal seriam a primeira demonstração da eficácia da Conferência sobre Segurança e Cooperação Europeias. Invocando, principalmente, o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos países soberanos, a imprensa reacçãoária inventa toda a espécie de lucubrações sobre os «planos» da União Soviética e de outros países socialistas, a respeito deste país.**

Na realidade, os factos são completamente diversos. Se o princípio de não ingerência nos assuntos internos dos outros países é posto à prova em Portugal, isso não é por culpa da União Soviética, mas é antes consequência das actividades febris e das ameaças da reacção internacional e do imperialismo. São precisamente estas forças que se imiscuem abertamente, desde os primeiros dias da Revolução Portuguesa, nos seus assuntos internos. Quando se tornou visível que o movimento popular que derrubou o regime fascista não parava a meio caminho, que não se tinha limitado a uma substituição do Governo, mas que se comprometera na via do desenvolvimento da revolução e da democracia, os imperialistas recorreram a toda a gama de meios políticos e económicos para se oporem às transformações progressistas.

A medida que a luta política se agravava, a pressão das forças de direita no interior e no exterior torna-se cada vez mais declarada.

Os monopólios internacionais querem estrangular Portugal economicamente, criar neste país dificuldades económicas e alimentares, procurando repetir a «variante chilena», afirma o «Pravda». A actuação da direcção do Mercado Comum é característica: condiciona a ajuda económica a Portugal a compensações políticas inequívocas, vantajosas para os monopolistas e para a reacção.

A Internacional Socialista desempenha também um papel pouco invejável. As suas acções não pretendem unir as forças democráticas e dar uma resposta ao fascismo que levanta de novo a cabeça, mas pretende sim dividir o movimento político, criar uma situação perigosa no interior do País, é precisamente a isso que conduz a campanha anticomunista lançada ultimamente pela social-democracia internacional.

## A Conferência dos Não Alinhados

### solidária com a Revolução Portuguesa

«Portugal tem muito interesse em que o seu processo seja compreendido em todo o Mundo» — afirmou o almirante Rosa Coutinho, em Havana, antes do início da Conferência dos Não Alinhados, que se realizou em Lima. «O capitalismo internacional — acrescentou — compreendeu que Portugal é um exemplo que o prejudica.» Expressando a solidariedade da Revolução portuguesa com a cubana, Rosa Coutinho declarou: «A solidariedade do campo socialista é um factor muito importante para a revolução política mundial.»

Foi sob o signo da solidariedade internacional à nossa Revolução, o signo da confiança no processo revolucionário português, na sua determinação e seriedade, comprovada pela actuação prática e pelo próprio cerco de colónias e tentativas intervencionistas do imperialismo, que Portugal esteve presente na Conferência de Lima. Uma conferência fundamentalmente virada para a luta unida, contra o imperialismo, de todos os países subdesenvolvidos, de todos aqueles que o capitalismo internacional condenou a situação de dependência da economia capitalista, de base para o seu jogo político.

O cunho vincadamente anti-imperialista da Conferência manifestou-se na agenda de trabalhos aprovada, nas conclusões, nas mais destacadas intervenções. Os pontos abordados centraram-se fundamentalmente nas zonas mais atingidas pela agressão imperialista, nos mais prementes problemas da actualidade internacional. O Médio Oriente, a questão palestina, o problema da descolonização, a África meridional, América Latina, Chipre, Indochina e oceano Índico, como zona de paz — foram problemas que concentraram as atenções. A necessidade de a direcção central dos esforços dos não alinhados ser a luta anti-imperialista ficou bem expressa e foi frequentes vezes sublinhada. Na sua intervenção, o ministro do Governo Revolucionário Provisório do Vietnam do Sul, camarada Nguyen Thi Binh, afirmou: «A conjuntura internacional exige que o ataque do movimento não alinhado se dirija contra o imperialismo norte-americano e o colonialismo sob qualquer forma e grau, para conseguirmos a nossa completa independência e soberania. Apesar das derrotas sofridas ultimamente pelo imperialismo, eles não renunciaram aos seus objectivos de hegemonia do Mundo. O imperialismo norte-americano recorreu à política económica

neocolonialista para realizar as suas tentativas de escravização dos povos.»

Nas suas conclusões, a Conferência dos Países Não Alinhados destaca a importância da luta contra o colonialismo, o imperialismo, o neocolonialismo, o racismo, o sionismo e o «apartheid», os progressos na criação de um clima de desanuviamento internacional. São referentes os mais candentes problemas da actualidade internacional. A solidariedade com a revolução portuguesa foi um dos pontos acordados.

Na sua intervenção no decurso dos trabalhos, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, camarada Vitor Saúde Maria, declarou que na África portuguesa «um ven-



to novo varreu a opressão, trazendo a liberdade. Depois da Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Cabo Verde uniram-se aos povos livres do Mundo».

Falando numa conferência de imprensa em Lima, o almirante Rosa Coutinho haveria por sua vez de declarar: «Para Portugal é uma grande satisfação ter podido assistir, pela primeira vez, a uma reunião dos países não alinhados, onde precisamente são admitidos como novos sócios Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.» E referindo-se seguidamente aos ataques à Revolução portuguesa: «A tática do inimigo é classificar de comunistas os que lutam pela independência da sua pátria. Os inimigos também utilizam outro estratagem. Quando um processo independentista choca com os seus interesses, começam a falar de exportação da Revolução. A Revolução não é exportável, mas contagiosa como o sarampo. O anticomunismo é uma arma frequentemente usada pelo inimigo, mas a melhor maneira de enfrentar esta atitude negativa é acabar com a ignorância. O Partido Comunista é um aliado da Revolução e por isso não pode ser tratado como um inimigo.»

Na Conferência de Lima ficou mais uma vez bem claro onde estão os amigos e os inimigos dos povos que lutam pela sua libertação. Onde estão os amigos e os inimigos da Revolução portuguesa.

## Desmascarada a ligação CIP-CUF

Elementos reveladores das relações da CUF com a CIP (Confederação da Indústria Portuguesa) foram encontrados pela Comissão Coordenadora Intermiçções, após o saneamento dos dirigentes Faria Blanc e Simões de Almeida e a saída, do País, de Jorge de Melo e José Manuel de Melo.

A documentação, que está a ser, actualmente, objecto de cuidadosa análise, estava distribuída por várias pastas nos gabinetes dos dirigentes saneados. Ali se teriam realizado diversas reuniões com vista à definição da estratégia da CIP.

A CIP deveria, em última análise, defender o melhor possível os interesses do grande capital, arvorando-se em defensora dos interesses das PME's (pequenas e médias empresas). As linhas de acção estavam perfeitamente definidas. Assim, determinava-se: «A manifestação clara da defesa dos interesses das PME's é a única forma rápida de escapar à acusação de que a CIP «está ao serviço» do grande capital», e acrescentava-se — «a curto prazo, a melhor forma de manifestar apoio às PME's consiste em fornecer interpretações da situação e definir algumas linhas de evolução que criem um horizonte mínimo para os empresários das PME's».

Como «objectivo estratégico» fixara-se: «Criação de um sistema de comunicação entre a CIP e os empresários que possa ser utilizado em múltiplas funções de informação; criação de um serviço especializado em análises conjunturais rápidas que garantam uma informação mínima sobre a situação económica; manifestação escrita de apoio às PME's que transcendam as defesas teóricas ou hipotéticas emanadas das autoridades governamentais; colocar os empresários perante a necessidade de utilizar a CIP como organização básica de defesa dos seus interesses e que lhe garanta a informação necessária para que possam interpretar a sua situação; manter um apertado vínculo da CIP com os seus associados.» Os objectivos genéricos da CIP estão igualmente definidos: mostrar uma «alternativa» ao modelo socialista; colocar a CIP na posição orientadora das linhas gerais do desenvolvimento capitalista em Portugal; garantir a coesão entre os empresários portugueses através da publicação de textos programáticos; assumir, publicamente, compromisso frente ao futuro da economia portuguesa; estabelecer e comunicar, publicamente, algumas regras do jogo, definindo, permanentemente, os limites que o capitalismo português não está disposto a ultrapassar. A importância que a CUF atribuiu à CIP está bem explicita numa das afirmações inseridas na documentação em estudo — documentação que inclui, nomeadamente, o protótipo das respostas a quaisquer dúvidas que surgissem quanto à problemática honestidade da CIP — «O silêncio da CIP teria efeitos muito prejudiciais para a evolução do sistema capitalista — na medida em que não haveria qualquer defesa do sistema — e condenaria o futuro da CIP».

Nos longos relatórios encontrados nas pastas dos dirigentes da CUF, saneados, multiplicam-se os planos, os

pontos de referência, de toda uma estratégia montada em defesa dos interesses do capitalismo, pela sua sobrevivência, pela recuperação de posições. Estratégia que engloba, para além da actividade da CIP, organizações como o MDE/S (Movimento Dinamizador Empresa/Sociedade) e a fundação do «Jornal Novo» (conhecido pela sua «objectividade» e «independência»).

O que neste momento está a ser descoberto nos «dossiers» da CUF é mais um aviso. Um alerta para a intrínseca rede, a multiplicidade de facetas que a reacção assume para defender os seus interesses. Permite também aclarar melhor o verdadeiro papel desempenhado por algumas forças políticas, as razões do aparente absurdo da contradição entre os actos e as afirmações de princípio.

## Althusser aponta o perigo fascista

O processo revolucionário português tem vindo a ser mundialmente acompanhado com particular atenção. Por aqueles que tudo fazem para atear as chamas da destruição da esperança da liberdade. Pelos muitos que vêm com simpatia e profunda esperança a luta do nosso povo, de todas as forças progressistas, pela definitiva liquidação das raízes do fascismo, e a construção, consequente, da via que nos levará à sociedade socialista.

Em carta pessoal ao escritor Luís Francisco Rebelo, posteriormente publicada na imprensa, o filósofo marxista Louis Althusser esboça uma análise sobre a actual situação política do nosso país, em que destaca alguns aspectos, com interesse, na complexidade da crise que a nossa Revolução vive actualmente.

No início da sua carta, Althusser refere, em particular, um problema central da Revolução Portuguesa, a que a crise actual confere uma acuidade particular — o facto de ainda não ter sido atingido o ponto de não retorno ao fascismo. A ameaça, hoje presente, da volta de uma ditadura terrorista, acobertada de «defensora das liberdades», «defensora da ordem pública» — alternativa para uma situação de caos que se pretende, de facto, estabelecer ao impedir-se o funcionamento de um poder político responsável e revolucionário, com capacidade operativa, que possa responder, com a urgência requerida, aos graves problemas nacionais — para, hoje, de facto, sobre a nossa Revolução. Numa sociedade que, como a nossa, se debate hoje na alternativa de um avanço rumo ao socialismo ou de um recuo para formas de poder que defendam, na realidade, a base económica capitalista, o retorno do fascismo é uma ameaça real. Como justamente acentua Althusser, o fascismo não é uma forma anacrónica do poder capitalista. É sob pressão popular que o capitalismo renuncia ao fascismo. É sob pressão popular que o capital não opta pela forma do poder político do fascismo. O fascismo favorece e desenvolve de forma prodigiosa o poder dos monopólios. Favorece, portanto, o desenvolvimento capitalista. O poder do capital não assume a forma de fascismo, quando tal não lhe é possível, ou inoportuno. As contra-revoluções não se fazem com os pezinhos de lá da democracia burguesa. Difícilmente poderiam mesmo assumir tal forma. Há que retirar regalias conquistadas, empreender recuos contra os quais se ergue a vontade popular. O poder do capital só tem uma arma a opor à vontade popular — o terrorismo fascista. Ou o avanço para o socialismo, ou o recuo para o fascismo. Essa, a alternativa que se coloca, hoje, em Portugal.

Para a liquidação do processo revolucionário em Portugal, unem-se múltiplas forças: «No mundo imperialista e na própria Europa gera-se contra o processo revolucionário desencadeado em Portugal, uma espantosa coligação em que põem em jogo todos os meios — denuncia Althusser — a chantagem económica da CEE (empréstimos dinheiros, mas com a condição absoluta de abandono do processo revolucionário); a chantagem política (abandono da política actual em nome dos princípios da democracia e da maioria eleitoral); e a chantagem ideológica do anticomunismo generalizado (os comunistas são culpados de tudo, mesmo quando lhes incendeiam as sedes e perseguem os seus próprios militantes). E a acrescentar a esta gigantesca campanha internacional, desencadeada-se em Portugal, uma violenta luta de classe anticomunista, na qual, ao apelo da pessoas perfeitamente responsáveis, participa o que subsiste da antiga base de massa do fascismo.»

«A impressionante conjugação destas duas ofensivas — prossegue Althusser —, que não podemos separar, é significativa e perigosa. O objectivo é óbvio: encontra-se na existência do próprio processo revolucionário. O imperialismo e seus aliados interiores não se mostram dispostos a ceder. (...) É contra este inimigo mortal que a aliança de todas as forças populares e revolucionárias se deve processar o mais intensamente possível: SEJA POR QUE PREÇO FOR.»

Esta carta, em que Althusser manifesta a sua preocupação pela actual crise política em Portugal, a sua simpatia pela árdua luta das forças consequentemente revolucionárias em defesa das conquistas já alcançadas e hoje ameaçadas, pode justamente inserir-se nas múltiplas manifestações de solidariedade com a Revolução Portuguesa, que nos têm vindo da parte de todos os que apoiam o caminho das transformações democráticas no nosso país: São mensagens que atestam da importância mundial do processo revolucionário que hoje está em causa em Portugal. Mensagens que nos dão a medida da responsabilidade que hoje pesa sobre os ombros dos verdadeiros revolucionários portugueses. Face a um povo que luta pela sua definitiva e incontestável libertação. Face a todos os povos do Mundo, que vêm justamente na Revolução Portuguesa, mais uma razão de confiança no progresso inexorável das forças de libertação, a nível internacional.

Visite as LIVRARIAS

Av. Santos Dumont, 57-c

R. de Aviz - 26

O "AVANTEI!" É DE TODOS NÓS;  
ENVIAMOS CRÍTICAS E SUGESTÕES

# informação

## O rumo da revolução peruana

Os acontecimentos do Peru no dia 29 de Agosto provocaram uma onda de comentários especulativos. A substituição do general Velasco Alvarado na Presidência da República pelo general Morales Bermudez foi tema de interpretações contraditórias. Certas agências noticiosas apressaram-se a definir o afastamento do ex-presidente como um golpe de Estado organizado pelos sectores moderados das Forças Armadas. Outras viram na deposição de Velasco um indício de uma radicalização do processo.

Não há ainda muitos elementos que permitam formar um juízo seguro sobre o significado dos factos ocorridos em Lima. A palavra golpe é de qualquer modo inadequada para qualificar as mudanças introduzidas na equipa dirigente. A revolução peruana não se desviará — conforme assinalou o general Morales Bermudez — das «bases ideológicas» do projecto de transformação da sociedade iniciado em 1968. O novo Governo conta com o apoio de todos os partidos e forças progressistas e está disposto a enfrentar com firmeza as provocações da reacção interna e do imperialismo, cuja escalada permite compreender melhor os acontecimentos de 29 de Agosto.

O general Velasco Alvarado, contrariamente ao que se possa supor, não perdeu a estima e o respeito do povo peruano. É um soldado revolucionário cuja acção pessoal, ao longo dos últimos sete anos, foi decisiva para a defesa da unidade das Forças Armadas e para a conquista de algumas das maiores vitórias revolucionárias. A sua mensagem de despedida é um documento em que reafirma a sua confiança na revolução e a sua certeza em que o povo, unido, saberá defendê-la.

O ex-presidente foi, paradoxalmente, afastado por decisão tomada por alguns dos seus companheiros de 1968, que o apoiaram em momentos difíceis quando o Governo das Forças Armadas teve de esmagar conspirações montadas pela oligarquia e pelo imperialismo. Velasco, talvez por excesso de confiança, opôs-se sempre ao saneamento de individualidades civis e militares que, embora vacilantes politicamente, mereciam, como amigos, a sua confiança pessoal. Esse personalismo criou com o tempo problemas e entraves à marcha do processo revolucionário. O sociólogo Carlos Delgado, ostensivamente anticomunista, foi durante anos o principal conselheiro de um presidente que sempre respeitou o Partido Comunista. Delgado desenvolveu um trabalho negativo no Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social e como ideólogo desencadeou na imprensa campanhas e polémicas contra o camarada Jorge del Prado, secretário-geral do PC Peruano. O presidente depositou também confiança excessiva em vários ministros e particularmente em dois homens, o almirante Jimenez de Lucio, ministro da Indústria, e o general Javier Tantalean Vanini, ministro das Pescas, cujas tendências conservadoras se vinham acentuando de maneira alarmante. O ministro da Indústria nunca ajudou ninguém, mas Tantalean pode ser apontado como exemplo do tipo de militares que tendo no início do processo um comportamento revolucionário se distanciaram depois progressivamente, mostrando-se cada vez mais receptivo à conciliação com a burguesia e o imperialismo.

Ora, desde Fevereiro, a intensificação do cerco imperialista e a ofensiva interna de uma burguesia desesperada exigiam, para resposta adequada às forças contra-revolucionárias, uma coesão cada vez maior da equipa governamental, constituída exclusivamente de militares. Nas últimas semanas, duas medidas revolucionárias de extraordinário significado tomadas pelo Governo tornaram inevitável uma confrontação de tendências. Foram elas a nacionalização da Marcona Mining e a incorporação da parte mais substancial do sector cooperativo e associativo agrário ao sector da propriedade social. A Marcona Corporation pretendia imitar o que a Kennecott e a Anaconda fizeram no Chile. Reagindo à nacionalização das minas de ferro, desencadeou uma campanha internacional para impedir o transporte e a comercialização do minério transferido para o controlo do Estado. Ao ameaçar todas as empresas interessadas no transporte e compra do ferro peruano impugnou na prática a legalidade da nacionalização da Marcona Mining. Por outro lado, a reforma introduzida na Reforma Agrária para eliminar os desvíos capitalistas existentes desesperou também a reacção.

O Partido Comunista Peruano definiu a nacionalização da Marcona e a ampliação do sector de propriedade social como dois pilares da revolução. A controvérsia em torno dessas medidas assumiu uma feição tempestuosa. O Governo de Velasco cometeu então o erro de punir não apenas elementos reacçãoários da APRA e provocadores da ultra-esquerda mas também revolucionários da primeira hora, que vinham denunciando e criticando os desvíos direitistas de altas personalidades militares e civis infiltradas no aparelho de Estado. Nas semanas que precederam a crise, crescia em Lima a certeza da inevitabilidade de acontecimentos políticos importantes. A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Peruano, numa longa nota tornada pública no dia 6 de Agosto, terminava com um apelo à unidade face à agressão económica da Marcona e «à pressão externa exercida sob diversas maneiras pelo imperialismo norte-americano e os seus aliados para dobrar e deter a nossa revolução em marcha». Essa unidade, concluiu, «contribuirá para reforçar a unidade Povo-Forças Armadas e cortará o passo à contra-revolução, que não desperdiça um só pretexto para avançar nos seus torvos propósitos».

A subida à Presidência de Morales Bermudez foi possível — saliente-se — devido ao apoio dos generais mais revolucionários do Peru, entre os quais se destacam veteranos da revolução como Leonidas Rodriguez e Fernandez Maldonado.

O «New York Times» e outros órgãos do imperialismo mostram-se esperançados nas consequências da substituição de Velasco por Morales Bermudez. Tudo indica, porém, que essas esperanças carecem de fundamento. A revolução peruana parece ter dado mais um passo em frente.

## A reacção não passou no Equador

O imperialismo acaba de sofrer uma importante derrota na América Latina: o golpe militar que visava implantar, no Equador, uma ditadura fascista foi derrotado.

Os organizadores da conspiração contavam com poderosos meios materiais, mas subestimaram a firmeza das tropas leais ao Governo do general Guillermo Rodriguez Lara e a força do momento popular de massas.

O assalto dos rebeldes do general Raul González, ao

Palácio Presidencial foi energicamente repellido pela Guarda e por uma força de pára-quadistas. Quando o general Rodriguez Lara, que se encontrava em Riobamba, regressou a Quito à frente de uma coluna de blindados, a situação normalizou-se rapidamente e os militares sediciosos renderam-se.

A rapidez da resposta popular contribuiu, decisivamente, para a atitude de defesa da legalidade assumida pela maioria das Forças Armadas. A Confederação dos Trabalhadores do Equador (CTE), logo que se iniciou o assalto ao palácio, dirigiu um apelo ao povo e particularmente à classe operária, para que as massas populares se opusessem ao golpe. Qualificou o general Raul González de fascista e atribuiu a responsabilidade da intenção ao imperialismo e à oligarquia.

O malogrado golpe de Quito não foi surpresa. Sob o título «O imperialismo prepara um golpe no Equador», o «Avante!», na edição de 22 de Maio, chamou a atenção para as manobras conspirativas em curso, na capital daquele país latino-americano. A conjura tinha «três linhas»: uma intensa campanha anticomunista; uma campanha para a realização de «leilões livres» destinadas a restabelecer uma farsa «democrática» controlada por Washington; e o cerco económico ao país, montado pelo imperialismo. Numa primeira fase, a reacção perdeu uma importante batalha ao tentar ampliar um pluralismo sindical de efeitos nefastos.

Nas últimas semanas o imperialismo criou novas dificuldades à venda do petróleo equatoriano, principal fonte de divisas do país. As exportações caíram 50 por cento. Mas o general Rodriguez Lara e os militares nacionalistas que o apoiam não cederam diante da manobra intimidatória. O Governo aumentou em 60% os direitos de importação sobre 1500 artigos de importação, considerados de luxo. As empresas privadas e os sindicatos agrupados numa confederação controlada pelos monopólios lançaram-se, então, numa escalada abertamente subversiva. O general Raul González candidatou-se, com a aprovação de Washington, ao papel de Pinochet equatoriano. Afirmou que pegava em armas em nome de um movimento de «ideais nobres e não egoístas». A linguagem hipócrita a que recorrem sempre os chefes dos golpes militares reacçãoários.

Mas, a reacção não passou! Conforme escrevamos em Maio, ao prever o golpe, «também no Equador o imperialismo pode ser derrotado».

## O imperialismo não respeita os seus compromissos

Em conferência de imprensa concedida aos jornalistas mexicanos que acompanhavam o presidente Luís Echeverria na sua recente visita oficial a Cuba, o camarada Fidel Castro salientou as dificuldades nas relações entre Cuba revolucionária e o imperialismo americano, por



este último continuar a recusar-se, de facto, a aceitar as realidades, mantendo o bloqueio económico, a despeito das decisões acordadas em reunião da OEA, e ratificadas igualmente por Washington.

Fidel Castro afirmou que os Estados Unidos, embora se mostrem, actualmente, menos hostis para com o seu país, «mantém uma política agressiva em relação a Cuba». Nestas condições, frisou, «é difícil falar de desanuviamento». Fidel Castro afirmou, ainda, que o isolamento a Cuba persiste, «porque ele é mantido, no fundamental, pelos Estados Unidos, que são uma grande potência económica». O bloqueio económico imposto a Cuba, afirmou, não influi, unicamente, nas relações bilaterais, porque «eles são proprietários (...) de numerosas patentes de equipamento que nós não podemos adquirir». Como sublinhou o camarada Fidel Castro, os EUA intervêm em todo o comércio internacional, «proibindo a importação de máquinas em cuja fabricação é utilizado o níquel cubano».

O imperialismo mundial, em particular o imperialismo americano, tem sofrido, nos últimos anos, clamorosas derrotas, facto que, naturalmente, tem como consequência imediata a restrição do seu campo de manobra e, conseqüentemente, um alargamento das possibilidades de acção das forças progressistas a nível nacional e internacional. Entretanto, essas derrotas, a sua progressiva denúncia e isolamento, têm tornado ainda mais claro o despudor com que recorre a todas as formas de acção que possam, de momento, ser úteis à defesa dos seus interesses. Tem conduzido, por outro lado, à sistemática utilização de formas de acção mais camufladas, mesmo quando recorre à mais flagrante violação de normas e acordos internacionais, com que verbalmente se comprometeu.

O exemplo de Cuba é bem claro. Face à pressão internacional, em particular dos povos, de organizações e governos progressistas da América Latina, Washington viu-se na contingência de aceitar o levantamento de um bloqueio que de há muito tinha imposto. O que não está para já a impedir os senhores da Casa Branca de passarem a violar imediatamente após a sua assinatura. O mesmo se passou no Vietnam, quando o imperialismo americano se viu formalmente obrigado

a anular o seu apoio militar ao governo fantoche de Thieu, mantendo, entretanto, um exército de «técnicos» e «conselheiros», que ajudaram de uma forma decisiva o prolongamento da criminosa guerra que durante tantos anos ensanguentou o território vietnamita. Hoje, Washington viu-se obrigada a assinar, em Helsínquia, um acordo internacional que obriga todos os signatários a não ingerência nos problemas internos dos outros países. Entretanto, é do conhecimento geral que o imperialismo continua a intervir, de facto, sempre e onde considera os seus interesses ameaçados. O caso do Bangla Desh é um exemplo recente dessa agressiva política intervencionista.

A realidade da violação flagrante, por parte do imperialismo, dos acordos em que se vê obrigado a empenhar-se, não obsta, entretanto, à grande importância que eles assumem no contexto internacional. Não é por acaso que é grande a resistência do imperialismo ao articulado progressista de tais acordos, a sua participação e a própria realização dessas reuniões internacionais. Hoje, e cada vez mais, o imperialismo age espartilhado. Os seus movimentos estão francamente dificultados. Tem que aceitar as regras de um jogo que se lhe vão tornando, dia a dia, mais desfavoráveis. A intervenção militar aberta é cada vez mais difícil. Os pretextos a que recorre para a justificar são tão transparentes que acabam por constituir uma denúncia internacional da sua natureza criminosa e agressiva. O imperialismo continua e continuará a manobrar. Mas é obrigado a fazê-lo nos limites de um espartilho cada vez mais apertado. Foi a luta dos povos, de todas as forças progressistas, dos países socialistas, que tem estreitado os limites do espaço de manobra do imperialismo.

## A BANCA AO SERVIÇO DO POVO

— Conclusões do Encontro Nacional dos Trabalhadores Bancários.

Preço 12\$50

2.º volume da colecção «Rumo ao Socialismo»

Na mesma colecção:

«Movimento Sindical e Unidade no Processo Revolucionário Português»

A venda nas Livrarias e nos Centros de Trabalho do PCP

Pedidos à Editorial Avante!

Av, Santos Dumont, 57-2.º — Lisboa

QUEIRAM INSCREVER-ME COMO ASSINANTE DE

## «O MILITANTE»

a partir do n.º ..... Junto envio a importância de Esc. ....\$..... para o respectivo pagamento.

NOME .....

MORADA .....

LOCALIDADE .....

EDITORIAL «AVANTE!»

Av. Santos Dumont, 57-2.º

Lisboa

Assinaturas 12 números — Continente e Ilhas: 70\$00; Europa (via aérea): 120\$00; outros países: 175\$00

AS edições RECOMENDAM

## LIVROS DE FORMAÇÃO MARXISTA

INTRODUÇÃO AO MARXISMO	Emile Burns	20\$00	DEMOCRACIA SOCIALISTA	Lénine	30\$00
PARTIDO PROLETÁRIO DE NOVO TIPO	Lénine	40\$00	TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL	Karl Marx	20\$00
KARL MARX E O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO MARXISMO	Lénine	15\$00	MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA	K. Marx e F. Engels	30\$00

A venda nas livrarias e nos Centros de Trabalho do PCP

PEDIDOS À EDITORIAL «AVANTE!»

• Coincidindo com o aniversário do nascimento de Amílcar Cabral, o Dia da Nacionalidade, vai reunir-se, a 12 de Setembro, em Bissau, o «bureau» da presidência do Conselho Mundial da Paz. A esta reunião devem comparecer, além dos membros do «bureau», que representam 24 países, representantes do Movimento Português da Paz, nos novos países africanos de língua portuguesa, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Moçambique, representantes dos movimentos de libertação africanos (MPLA, de Angola; ANC, da Rodésia e da África do Sul), o Movimento de Libertação da Palestina e diversas organizações internacionais.

• Durante o plano quinquenal (1971-1975), na República Democrática Alemã, foram simultaneamente criados, por cada cinco novos edifícios, 16 novos lugares em infantários, 34 em jardins infantis, 2 a 3 lugares em casas para pessoas idosas. O Ministério da Construção determinou que tais estabelecimentos sociais passem a ser construídos ao mesmo tempo que as habitações, e não depois de estas terminadas, como anteriormente.

• Os ministros dos Negócios Estrangeiros de Cuba e de Moçambique estabeleceram, em Lima, relações diplomáticas, a nível de embaixadores, entre os dois países. «Formalizámos as relações reais que mantivemos em Moçambique durante toda a sua luta de libertação» — declarou o camarada Raul Roa, acrescentando que o facto constitui um acto de solidariedade e cooperação tendente ao fortalecimento das relações de Cuba com os países e povos africanos.

• «O povo da Guiné-Bissau nunca esquecerá que a União Soviética e os outros países socialistas se colocaram ao seu lado durante os duros anos da luta pela libertação nacional, assim como durante o combate para reforço da independência política e económica da pátria» — declarou o primeiro embaixador da Guiné-Bissau na União Soviética.

• O Comité de Coordenação dos Movimentos de Auxílio ao Chile denuncia, num comunicado emitido em Buenos Aires, o recrudescimento (se tal ainda é possível) da política repressiva da junta fascista chilena, nestas últimas semanas. O documento assinala que tal recrudescimento é visível na multiplicação dos raptos, torturas e na vaga de prisões. Foram presos, ultimamente, entre outros, 17 professores, 7 estudantes, 26 empregados administrativos da Universidade, 68 empregados da empresa mineira COPIAPO e sete dirigentes sindicais da empresa mineira «El Salvador».

• Foi inaugurada em Moçambique a Feira Internacional de Lourenço Marques, com a presença de 16 países, dez dos quais representados pela primeira vez. Entre estes países, além de Portugal, figuram a Argélia, Ghana, a Jugoslávia, o Paquistão, a Roménia, a Tanzânia, a União Soviética e a República Democrática Alemã.

• Foram benidas todas as actividades políticas, pelo novo governo reacçãoário do Bangla Desh. Um decreto presidencial proibiu a formação de partidos políticos no país, frisando que qualquer violação da «ordem» será punida com prisão maior até sete anos.

• Foi promulgada, na Venezuela, a nacionalização do petróleo. Considerada pelo presidente Andrés Pérez um passo decisivo dentro da luta pela independência económica dos países subdesenvolvidos, a medida não altera, entretanto, no momento, profundamente, a situação existente.

• 88 presos políticos chilenos do campo de concentração Melinao, em Puhuncavi, perto de Valparaíso, estiveram em greve de fome durante oito dias, exigindo que fosse revelado o paradeiro de 119 presos políticos chilenos desaparecidos, assassinados, segundo tudo indica, pela polícia de Pinochet.

• Em artigo inserido nas páginas do «Diário do Povo», o Governo da China «avisa» a Europa capitalista de que a União Soviética estaria a preparar uma guerra, sob a camuflagem do desanuviamento. O Governo mostra mesmo a sua preocupação por uma pretensa superioridade do arsenal militar soviético, face ao do imperialismo americano. Mas uma prova do arregaço anticomunismo dos dirigentes chineses, da reacção política externa a que tal anticomunismo conduz.

• O Partido Comunista de Israel, em reunião plenária do seu Comité Central, decidiu não apoiar o novo acordo egípcio-israelita sobre o Sinai, reafirmando que uma paz justa e duradoura no Médio Oriente só pode ser conseguida depois da retirada de Israel dos territórios árabes ocupados em 1967 e do reconhecimento do direito do povo palestino ao seu próprio Estado, o que só poderá ser acordado na Conferência de Genebra.

• Entretanto, mantêm-se as manifestações de política agressiva de Israel. Forças militares israelitas bombardearam sete aldeias ao sul do Líbano e atravessaram mesmo a fronteira daquele país, procedendo, durante horas, a buscas em carros que passavam nas estradas fronteiriças.

• A República da Guiné-Bissau decidiu reduzir, o mais possível, todas as despesas do Estado e baixar os montantes previstos nos projectos de orçamento dos diversos comissariados para níveis inferiores, ajustando as despesas da administração pública às actuais possibilidades financeiras do país.

• O primeiro-ministro soviético, camarada Alexei Kossinguin, discutiu a cooperação económica com o Vietnam do Norte durante os próximos cinco anos, numa reunião com o camarada Le Thanh Ngi, vice-primeiro-ministro e presidente da Comissão de Planeamento do Estado do Vietnam do Norte. As conversações envolveram a restauração e desenvolvimento da economia do Vietnam do Norte e a intensificação dos laços bilaterais.

# O 24 DE ABRIL ESTÁ A VOLTAR AO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

(Continuado da 1.ª página)

tempo e contra os interesses dos trabalhadores açorianos, está-se a implantar de novo o 24 de Abril nos Açores.

Os Açores fazem parte integrante de Portugal. Nenhum português pode ser indiferente ao seu futuro. Os actos de terrorismo e a perseguição brutal desen-

cadeados contra os comunistas estão sendo acompanhados por idênticas violências contra outras organizações políticas, contra organizações sindicais, contra padres cató-

licos, contra militares, contra os açorianos que são progressistas e defendem a Revolução.

Todos sabeis que nós comunistas, desejamos caminhar para o socialismo, para uma sociedade em que não subsista a exploração do homem pelo homem. Este mesmo desejo é hoje alimentado por outras forças políticas, pela grande massa dos trabalhadores de todo o nosso país. É natural que a Revolução Portuguesa encontre a oposição dos que sempre viveram explorando e oprimindo.

Do que se trata nos Açores não é de independência ou não independência, é de exploração ou não exploração, é de opressão ou de liberdade.

É evidente que os Açores necessitam de uma larga autonomia administrativa, necessita de ser contemplado com um interesse maior do poder central de modo a acabar com o clima de abandono que 50 anos de fascismo alimentou. E os açorianos sabem muito bem que algumas medidas já foram avançadas a este respeito.

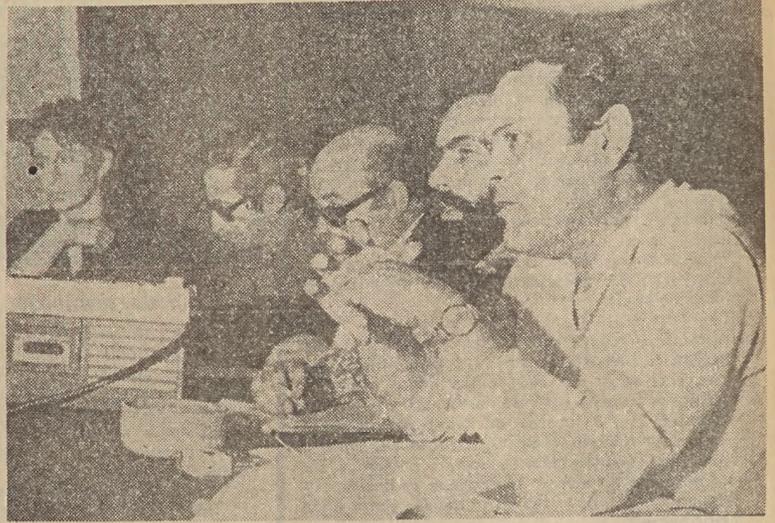
O problema que se torna hoje mais preocupante é que as autoridades dos Açores em vez de ajudarem de propor-

cionarem condições para que os Açores não só ganhem o 25 de Abril como o 11 de Março, estão auxiliando concretamente o recuo no tempo, estão auxiliando a contra-revolução.

O Partido Comunista Português tem hoje uma importante implantação nos Açores. As horas de verdadeiro terror fascista que aí têm sido vividas pelos nossos militantes puseram a nu a sua tempera. Os trabalhadores açorianos podem orgulhar-se dos seus militantes comunistas.

Mas os comunistas não estão sós. Há militantes de outros partidos progressistas. E, acima de tudo, há os operários industriais e agrícolas, há os pescadores, há os pequenos e médios agricultores, há os intelectuais progressistas, há os militares revolucionários, há a juventude e as mulheres açorianas, há o povo que, nos Açores, não é diferente de todo o nosso povo. É nessa massa que recolhemos a nossa força, é ela que nos dá a coragem e a vontade de prosseguir a nossa acção.

No decorrer da conferência de imprensa foi divulgado o documento que junto reproduzimos.



«É urgente tomar medidas»

## A OFENSIVA REACCIONÁRIA NO DISTRITO DE LEIRIA ANALISADA EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Na sequência dos recentes acontecimentos ocorridos no distrito de Leiria, onde a escalada reaccionária atingiu proporções de extrema gravidade, realizou-se, na passada terça-feira uma conferência de imprensa promovida conjuntamente pelo Partido Comunista Português e Movimento Democrático Português, com o objectivo de fornecer aos órgãos de Informação mais pormenores sobre os incidentes e, sobretudo, para não deixar cair no esquecimento tão graves atentados aos mais elementares direitos humanos, para que não fique impune mais esta acção terrorista das forças contra-revolucionárias.

Durante a conferência de Imprensa, em que participaram Francisco Larcinha, da DOROR do PCP; Manuel Beja e Manuel Marques, da C. Distrital de Leiria do PCP, e ainda José Vareda, Maria Olímpia e Branco, do MDP/ /CDE, foi apontada a necessidade urgente da tomada de medidas por parte das autoridades competentes, pois que, face à gravidade dos acontecimentos, se vive no distrito um ambiente de insegurança e intranquilidade, prejudicial ao avanço do processo revolucionário.

Num breve resumo, o camarada Manuel P. Marques, da C. distrital de Leiria do PCP, fez um balanço do que tem sido a actividade das forças reaccionárias no distrito, tendo afirmado, nomeadamente:

aos comunistas tem sido também um dos objectivos da reacção que se tem concretizado no impedimento ao trabalho, em saneamentos à esquerda e agressões físicas.

A escalada reaccionária no distrito de Leiria teve como base os acontecimentos em Rio Maior, seguidos dos incidentes da Batalha. A não resposta pronta dos encarregados da manutenção da ordem pública a estas acções reaccionárias, que se anteviam «a priori» serem já comandadas pelo ELP, que tudo indica ter forte implantação nos concelhos de Rio Maior e Alcobaca, entre outros, possibilitou e encorajou a reacção a tentar novas acções de violência fascista noutros pontos do distrito, tais como: Nazaré, onde a tentativa foi geadada pela acção de esclarecimento do nosso partido e de outras forças progressistas; Peniche, onde, corajosamente, militantes do nosso partido conseguiram refrear «coquias» molotov, fazendo assim gorar outra tentativa; Bombarral, onde a acção reaccionária teve êxito, conseguindo controlar toda a vila durante quatro dias, ante a passividade das forças da ordem reaccionárias fizeram bargans na estrada, juntamente com militares; Alcobaca e, também Vestiar, onde a reacção, perfeitamente organizada, conseguiu os seus intentos apesar da resistência tenaz e corajosa de dois militantes do PCP, depois da evacuação pelas Forças Armadas dos restantes militantes do partido.

Os actos de vandalismo prosseguiram atingindo Ansião, Figueiró dos Vinhos e G. dos Olivais. A reacção não se limitou a atacar os centros do nosso Partido e de outros partidos progressistas como também atacou Associações Recreativas, como é o caso de Amor, Leiria e Porto de Mós, da Associação 1.ª de Maio, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Bombarral e escritórios de conhecidos advogados democratas. Em muitas zonas, a caça

Os actos de violência, intimação e histeria anticomunista no Norte continuam. A evolução da actividade reaccionária, de atentados pessoais, que se tem vindo a registar em Barcelos, é uma demonstração da inexistência de uma imediata acção por parte das autoridades, no sentido de impedir o aumento desta vaga terrorista que aqui prossegue impunemente.

No dia 19 de Agosto, cerca de meia-noite, em Barcelos, o jovem comunista Delim Oliveira, quando estava sentado no café Lai-Lai, foi provocado e brutalmente espancado por um grupo de fascistas. Em consequência das agressões, aquele camaráda teve de receber tratamento hospitalar. Num comunicado, a Comissão Concelhia de Barcelos do nosso Partido, ao mesmo tempo que denunciava este acto, denunciava os agressores fascistas participantes deste acto terrorista: Abílio Ferreira Borges, contratado de gado, de S. Veríssimo, Barcelos, indivíduo que tem sido visto a participar em assaltos a centros de trabalho do FCP em várias localidades; Henrique Lopes Pereira (conhecido por Henrique Carvalho), proprietário de uma oficina metalúrgica, de S. Veríssimo, Barcelos; padre Manuel, também de S. Veríssimo, Barcelos.

Posteriormente, no passado dia 28 de Agosto, pelas 19 horas, no lugar de Gestido, Vila Fresquinho, S. Pedro, Barce-

los, um fascista incendiou um automóvel de um militante comunista. Após ter cometido este acto, o mesmo fascista ameaçou com um tiro de pistola um outro militante comunista. O incendiário terrorista que praticou estes actos é conhecido pelo nome de Carlos Palhoças e é considerado pelos trabalhadores como um lacaio do patrão da Fábrica de Malhas SONIX, onde trabalha como guarda-noturno.

Um comunicado distribuído no dia seguinte pela Comissão Concelhia de Barcelos do nosso Partido, que denuncia este acontecimento, frisa, a terminar:

«...destruição do automóvel do militante do PCP veio agravar mais ainda a sua situação económica, pois tratase de um trabalhador desempregado.

A Comissão Concelhia de Barcelos do PCP, denunciando publicamente mais este crime da reacção, reclama das autoridades a imediata prisão e o justo castigo do incendiário. A Comissão Concelhia de Barcelos do PCP protesta também, mais uma vez, contra a vaga de violência terrorista que continua a atingir esta região.

No dia 30, mais um militante do nosso Partido foi vítima de violência fascista. Fernando Adrião, militante comunista, foi barbaramente agredido pela já tristemente conhecida quadrilha de terroristas da qual se destacam os fascistas Abílio Ferreira Lopes Pereira, padre Manuel e Manuel Borges.

Perante isto, e interpretando os sentimentos de todos os verdadeiros democratas de Barcelos, a Comissão Concelhia de Barcelos do PCP coloca as seguintes questões às autoridades que têm por dever defender a ordem democrática instaurada com o 25 de Abril:

— Até quando os terroristas, como os acima mencionados, actuarão impunemente?

— Até quando os crimes fascistas continuarão impunes?

— Que «ordem» existe ou se pretende que venha a existir em Barcelos? A «ordem democrática» ou a «ordem fascista»?

Entretanto — prossegue a Comissão Concelhia de Barcelos do PCP —, os comunistas reafirmam, mais uma vez, a sua inabalável disposição de não permitir que as liberdades fundamentais sejam destruídas e lançam um apelo para que se lhes unam nestes lutas todos aqueles que em Barcelos sinceramente desejam pôr fim à onda de violência fascista.

## VIOLÊNCIA EM BARCELOS

Movimentos separatistas carimbam notas com as suas siglas!

## Documento do PCP A GRAVE SITUAÇÃO NOS AÇORES E NA MADEIRA

É o seguinte o texto do documento apresentado pelo nosso Partido acerca da situação nos Açores e na Madeira:

O Partido Comunista Português, com a realização desta Conferência de Imprensa, tem como objectivos denunciar mais uma vez toda a extrema gravidade da situação política que se vive neste momento nos Açores, e reclamar, dentro das perspectivas globais de solução para a profunda crise que o País atravessa, solução urgente para os problemas agudos que se vão avolumando neste arquipélago e também no da Madeira.

Na realidade o PCP considera que, a não serem tomadas medidas dentro de um prazo muito curto, a continuação do desenvolvimento da situação naquelas ilhas não poderá deixar de conduzir a consequências políticas ainda mais agudas e, desde logo, ao êxito da manobra reaccionária da «independência», levada a cabo pelas classes privilegiadas e exploradoras insulares. Com a agravante de consequências desse tipo inevitavelmente representarem, por sua vez, um factor de agravamento poderoso para a instabilidade que tem caracterizado nos últimos tempos o desenvolvimento da Revolução Portuguesa.

Nos Açores foram já suprimidas as mais elementares liberdades democráticas. Nesse sentido vinham já trabalhando há longos meses as forças locais da reacção e do fascismo, as quais, pela intimidação e pelo terror, conseguiram impor na prática graves e crescentes restrições ao exercício das liberdades. Os violentos acontecimentos da última semana, pelos quais as forças reaccionárias são as exclusivas responsáveis, vieram possibilitar a certas autoridades do arquipélago uma tomada de posição que formalmente consumou a vasta manobra em curso. As medidas e posições oficiais de um poder local de características francamente reaccionárias vieram dar ampla cobertura «legal» ao desenvolvimento de uma situação fascizante.

O PCP não oculta que a gravidade dos problemas que actualmente se levantam nos Açores (como na Madeira) está intimamente ligada à própria profundidade da crise política nacional que se vive: sem dúvida que a ofensiva reaccionária em curso contra o processo revolucionário e as suas principais conquistas, facilitou as decisões extremamente arbitrárias que no dia 19 de Agosto foram tomadas publicamente em Ponta Delgada pelo governador militar dos Açores e as posições há dias transmitidas ao Presidente da República pelo governador militar da Madeira.

Mas o PCP não pode deixar de sublinhar que a extrema ousadia que as formas de acção da reacção revestem já naquelas regiões encontra uma explicação mais profunda na falta de determinação na defesa da revolução e nas posições nitidamente antidemocráticas que de um modo muito especial caracterizam a generalidade das autoridades locais.

2. A frente da investida fascista nos Açores e na Madeira surgem as organizações se-

paratistas clandestinas, com apoios nos partidos conservadores legalmente organizados, e nos quais se enriqueceram aqueles cujos interesses de classe se opõem à construção do socialismo em Portugal. O objectivo da «independência», por parte dessas forças, oculta uma manobra política ultra-reaccionária que visivelmente consiste em tentar subtrair as ilhas à marcha de Portugal, para o socialismo e à qual estão fortemente associados interesses imperialistas. Entre essas organizações clandestinas ultra-reaccionárias sobressaem, nos Açores, a FLA (Frente de Libertação dos Açores), o CAJ 75 (Comité Açoriano da Juventude 75) e a FRIA (Frente Revolucionária para a Independência dos Açores). Na Madeira, existem a FLAMA (Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira), a UNIARMA (União dos Movimentos de Libertação do Arquipélago da Madeira) e a BRIMA (Brigada Revolucionária para a Independência da Madeira). Começando por manobrar demagogicamente com a natural insatisfação de vastos sectores da população, em virtude do indefinido arrastar da resolução de graves problemas regionais quase sempre artificialmente empoados e na sua maioria provenientes dos 50 anos de isolamento a que o fascismo votou aquelas populações, e passando depois a formas de acção sucessivamente mais ousadas, a reacção separatista entrou recentemente numa fase de intenso terrorismo selectivo. Assim, têm vindo a ser cometidos com regularidade, pelas forças separatistas, actos de típica violência fascista dirigidos contra os comunistas e contra outros antifascistas, e organismos sindicais que têm como objectivo imediato fazer «reinar» naqueles arquipélagos um ambiente de terror e intimidação que leve ao afastamento ou à eliminação na prática de todas as organizações progressistas — objectivo, aliás, já parcialmente concretizado nos Açores com as medidas recentemente tomadas pelo governador militar — sendo certo que a consumação deste tipo de manobra terá como resultado deixar às forças separatistas o caminho ainda mais aberto para a independência.

O PCP considera que é extremamente grave o facto de os bandos terroristas de separatistas à solta nos Açores (como na Madeira), apesar de os seus cabecilhas estarem perfeitamente identificados e denunciados às autoridades, nunca terem sentido sobre eles o peso de uma justa repressão destinada a assegurar o exercício das liberdades e com vista à salvaguarda da unidade nacional.

Desde os fins de Maio vêm sendo levadas a efeito nos Açores, de modo aberto e impune, muitas vezes à luz do dia, acções contra-revolucionárias como estas: distribuição aberta de propaganda separatista na via pública (na Horta foram detectados três agentes da PSP a distribuir propaganda às escondidas); preparação de emboscadas ao longo das estradas contra os comunistas e outros antifascistas; provocações e agressões directas ao MFA, nomeadamente nas pessoas de tripulantes de barcos da Marinha de Guerra; distorções grosseiras e hostilizações fran-

tais ao processo revolucionário português nas colunas diárias dos jornais, a par de uma defesa clara de separatismo nas suas páginas; «saneamento» de homens que estão ao lado da Revolução, chegando-se ao cúmulo de ser exigido o «saneamento» de militares, padres, professores, empregados — de todas as opções ideológicas —, só porque são contra a FLA ou porque nasceram no continente; manipulações obscuras de trabalhadores que conduziram à aprovação de moções que repudiam as nacionalizações efectuadas nas respectivas empresas; os recentes e violentos assaltos, destruições, incêndios e agressões levados a cabo contra os Centros de Trabalho do PCP e os seus militantes em Angra, Ponta Delgada, Vila Franca do Campo, Ribeira Grande, St. Cruz da Graciosa e Horta.

Na Madeira, sobretudo, nos últimos quinze dias, também se tem agravado a escalada da violência reaccionária e separatista: têm-se sucedido os atentados bombistas a viaturas de militantes do PCP e nas residências ou locais de trabalho de elementos progressistas. Num dos últimos dias, como é do conhecimento geral, a explosão de uma potentíssima carga explosiva destruiu totalmente o posto Emissor Regional da Madeira da Emissora Nacional. E para mostrar até que ponto existe um ambiente de intimidação bastará dizer que uma ameaça de novas violências bastou para fazer calar um segundo emissor de fraca potência, que depois havia sido posto a funcionar, pelo que, presentemente, na Madeira não há radio-difusão de noticiário do continente.

3. Esta escalada de violência reaccionária é promovida por bandos de separatistas que, na maior parte dos casos, não ultrapassam as dezenas de pessoas. Tais bandos estão identificados, distinguem-se claramente da população, inclusive daquela que conseguem por vezes iludir e arrastar com a sua demagogia. As recentes posições assumidas pelos Comandos Militares dos Açores e Madeira constituem algo de muito grave de que só pode resultar um ainda maior fortalecimento daquelas organizações contra-revolucionárias.

Outro significado, efectivamente, não se pode atribuir ao comunicado publicado pelo governador militar dos Açores, em 19 de Agosto, no qual se determinava não só a suspensão das actividades do PCP no distrito de Ponta Delgada e o encerramento do seu Centro de Trabalho como ainda o afastamento compulsivo de alguns dos seus dirigentes do arquipélago, a par de medidas semelhantes determinadas e executadas nos distritos de Angra e Horta. Igualmente favorecedor da escalada separatista é o texto do telegrama enviado pelo governador militar da Madeira em 26 de Agosto e onde se refere a «dramática opção» entre a «lealdade aos sentimentos de unidade nacional e a sujeição perante a pretensa ideologia minoritária de alguns elementos do MFA e do Governo».

Para além do que estas posições traduzem de gravemente ofensivo do exercício das liberdades políticas e de atentatório à unidade nacional, o

PCP não pode deixar de considerar que, elas favorecem poderosamente o avanço das forças da reacção, do separatismo e do fascismo naqueles arquipélagos.

O PCP regista com profunda preocupação a tomada de medidas como estas que, em si mesmas, constituem passos para o rápido consequimento da independência pelas forças reaccionárias. O PCP considera que é urgente pôr cobro à situação existente naquelas ilhas, impedindo os Comandos Militares locais de, como está realmente a acontecer, utilizarem aquele território nacional e as tensões sociais aí existentes para, em aliança objectiva com o imperialismo, exercerem pressão contra o processo revolucionário português e forçarem o seu recuo substancial.

4. É um erro grave cujas consequências se poderão pagar caro, pensar que nas Ilhas Adjacentes se desenvolve um processo contra-revolucionário com características muito particulares e exigindo também, portanto, soluções bastante particulares.

## SALVAR AS VIDAS DE GARMENDIA E OTAEGUI

(Continuado da 1.ª página)

bertação patriotas bascos Garmendia e Otáegui — assim se dirigiu, num telegrama, ao primeiro-ministro espanhol, Arias Navarro, o Secretariado do Comité Central do nosso Partido, manifestando claramente o sentimento de repulsa dos comunistas e do Povo Português pela condenação daqueles militantes. Em Portugal, outras organizações políticas, sindicais e populares expressaram também o seu repúdio pela condenação de Garmendia e Otáegui.

O Governo Português associou-se, por seu lado, «às diligências que estão sendo praticadas por outros Governos, assim como ao movimento internacional que se tem promovido a respeito da condenação de José-António Garmendia e Angel Otáegui, formulando ao Governo Espanhol um pedido instantâneo para que seja evitada a execução da pena de morte a que se encontram sujeitos aqueles dois condenados».

A violência que campeia em Espanha, acaba de ser ainda mais agravada e mais cuidadosamente coberta pelo mantimento da legalidade fascista. Foi aprovado em Conselho de Ministros, reunido na Corunha, sob a presidência de Franco, um decreto-lei que equivale a instaurar, nos próximos dois anos, em todo o território espanhol, uma espécie de estado de excepção.

Na realidade, os inimigos da democracia e do socialismo são os mesmos no continente e naqueles arquipélagos. As suas armas e os seus fins são idênticos. Cá e lá as forças da reacção representam os interesses das classes exploradoras e privilegiadas que, por todos os meios, se pretendem opor à construção do socialismo e em última análise, acabar com a democracia.

Nos Açores (e na Madeira), por isso, tal como noutras regiões do País, a tarefa política prioritária consiste no restabelecimento das liberdades e de um Poder de características democráticas. O que implica que, entre outras, se adoptem medidas inflexíveis e energéticas para com os conspiradores separatistas e para com os terroristas com vista à reposição da ordem democrática; o que exige ainda que se coloquem rapidamente nos diversos cargos homens progressistas, ao lado da Revolução, sinceramente empenhados na tarefa da construção da democracia em direcção ao socialismo e na sua intransigente defesa.

## SOLIDARIEDADE EM MARCHA

Alarga-se a todo o País a solidariedade para com os camaradas das organizações cujos centros de trabalho foram atingidos pela violência fascista. De vários pontos chegam contribuições materiais e de outro género. Assinala-se que a primeira daquelas veio da Aldeia Nova de São Bento, num total de 1273\$50.

Moções de apoio e de solidariedade têm sido aprovadas em diversas reuniões. Numa reunião geral de militantes, realizada no passado dia 31, em Peniche, por exemplo, foi aprovada a seguinte moção:

No momento em que a reacção fascista sob o comando do ELP, da CIA e do Povo, em prática, a coberto da «liberdade» proposta pela social-democracia, ataca feroz e violentamente as forças progressistas do nosso País, com especial relevância para os militantes comunistas, os militantes do PCP em Peniche saúdam calorosamente todos os camaradas que têm sentido na carne os métodos

de violência nazis tal como em Braga ou Leiria, Alcobaca ou Ponte de Lima, etc. Ao mesmo tempo exigem os comunistas de Peniche que da parte das autoridades militares sejam tomadas medidas que ponham cobro à violência banditista dos opressores e exploradores do nosso povo e que não permitam que hoje, como ontem os comunistas e os demais democratas sejam perseguidos e espancados e impedidos de trabalhar. Conscientes de que o melhor contributo que podemos dar aos amantes da paz e da liberdade e ao Povo Português é defendermos a zona em que actuamos da violência fascista, os comunistas de Peniche prontificam-se a dar, se necessário for a vida no combate a todos aqueles que pela destruição dos comunistas visam impor ao nosso povo a social-democracia e o fascismo.

Unidos, vigilantes e munidos do espírito de militância do nosso Partido a reacção não passará!